

## Quem disse ?

«Nos EUA, não é o “sonho americano” que comanda a vida. É Wall Street»

Alfredo Barroso  
Expresso, 16 de Novembro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Crescimento económico acima de 3 por cento

### FMI e OCDE desmentem catastrofismo da oposição

O primeiro-ministro considerou terça-feira, em Sines, que as previsões do FMI e da OCDE para Portugal têm alguns aspectos positivos, como a previsão de uma taxa de crescimento superior a três por cento. «As previsões não são, porventura, vermelho vivo, mas também não são negras como muitos previam», disse António Guterres, que falava aos jornalistas durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra do Terminal de Gás Natural Liquefeito. «São (previsões) exactamente cor-de-rosa, isto é, manter-se-ão níveis de crescimento significativos na economia portuguesa», acrescentou.

O chefe de Governo reconheceu, no entanto, a existência de alguns problemas na economia portuguesa: «Há alguns problemas que têm de ser atacados, e que estamos a atacar, mas as perspectivas catastróficas que muitos levantavam também foram completamente afastadas, visto que todas as previsões recebidas apontam para níveis de crescimento acima dos três por cento, concluiu o primeiro-ministro. Também na terça-feira, mas em Aveiro, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, garantiu que a reforma da Segurança Social será gradual e norteada pelos princípios da sustentabilidade e da qualidade. «Na generalidade dos países europeus assiste-se a um debate em que a direita defende a contenção das despesas com encargos sociais, mas em Portugal as propostas mais radicais e eleitoralmente demagógicas surgem da direita», comentou o membro do Governo, referindo-se às posições do CDS-PP.

Ferro Rodrigues assegurou que o Governo está empenhado em conseguir fazer «um exercício complicado», que é o de melhorar a qualidade da Segurança Social, sem comprometer o seu futuro financeiro. Com a reforma da Segurança Social, haverá uma nova partilha entre as contribuições e os impostos, com um reforço das participações fiscais no financiamento das despesas sociais mais significativas.

## Sessão de abertura do «Porto 2001 Capital Europeia da Cultura»

# CNE DÁ RAZÃO A JORGE SAMPAIO



O candidato do PSD Ferreira do Amaral sofreu a primeira flagrante derrota nesta pré-campanha das eleições para a Presidência da República. A Comissão Nacional de Eleições deu plena razão a Jorge Sampaio, considerando legal que o Presidente da República compareça na sessão inaugural do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura», no dia 13 de Janeiro. A candidatura apoiada pelo Partido Socialista lembrou depois as ofensas já feitas pelo ex-ministro de Cavaco Silva. Um estilo que mostra que estilo de campanha está o candidato do PSD disposto a fazer, evitando que se discutam as questões de fundo da vida nacional. Na última semana, alguns dos mais brilhantes jogadores de futebol e personalidades ligadas à cultura saíram em apoio da candidatura presidencial de Jorge Sampaio.



## Política

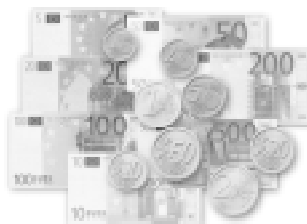
### Cimeira Ibero-Americana no Panamá Sampaio e Guterres condenam cenas tristes de Fidel Castro



O Presidente da República, Jorge Sampaio, e o primeiro-ministro, António Guterres, lamentaram as atitudes lamentáveis assumidas por Fidel Castro ao longo da Cimeira Ibero-Americana, na cidade do Panamá. Perante a perplexidade evidenciada pela esmagadora maioria dos chefes de Estado, o presidente cubano, uma vez mais, deu provas de que secundariza questões como a democracia a liberdade e a justiça internacional, ao recusar-se a condenar o terrorismo da ETA em Espanha.

## Governo

### Empresas do Estado Salários em euros já em 2001



As empresas controladas pelo Estado vão passar a pagar os salários aos seus trabalhadores em euros, «o mais cedo possível», no próximo ano, segundo a resolução aprovada, no dia 16, pelo Governo, em Conselho de Ministros.



## Sampaio e o Porto 2001

A Comissão Nacional de Eleições (CNE) reuniu-se terça-feira para apreciar o pedido de parecer que lhe foi apresentado por Jorge Sampaio sobre a sua presença na inauguração do Porto 2001, evento que decorre na véspera das presidenciais.

Os pareceres da CNE não são vinculativos, reflectem apenas a posição da Comissão, que é presidida por um juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e composta por elementos designados por cada um dos partidos parlamentares e ainda pelos Ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros e pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Isto são dois factos. Um terceiro é que a organização do Porto 2001 tem apelado insistentemente para a presença do Chefe de Estado na inauguração da Capital da Cultura.

A história conta-se em breves palavras: o Presidente da República, que se recandidata ao cargo, aceitou o convite para participar na abertura oficial do «Porto 2001, Capital Europeia da Cultura», a 13 de Janeiro, dia que antecede as presidenciais e destinado à reflexão dos eleitores. Até aqui tudo normal, não tivesse sido o pomenor «do candidato dos não socialistas» pretender criar factos políticos que lhe garantissem alguns segundos de glória frente às câmaras de TV e questionar sobre a legalidade da presença do Presidente no evento, sugerindo que se tratava de aproveitamento eleitoral.

As acusações «do candidato dos não socialistas» levaram Jorge Sampaio a cancelar a sua presença no Porto 2001, numa primeira fase, e a pedir um esclarecimento à CNE, na passada semana.

Neste meio tempo a anunciada ausência de Sampaio acabou por gerar um vasto movimento de solidariedade (que não deixou indiferente o Presidente) e de recolha de assinaturas no Porto, no sentido de o fazer voltar atrás e participar num evento de enorme «importância nacional».

O resultado foi que a CNE, pela voz do seu presidente, informou que a presença de Jorge Sampaio na cerimónia é «protocolar e simbólica, não contemplando qualquer discurso», entendendo que não viola os princípios da lei eleitoral e da Constituição da República. Mais para a Comissão «o problema colocado pelo Presidente da República é essencialmente político» e, como tal, escapa à competência da comissão.

Agora, resta a Jorge Sampaio decidir se recua na decisão de estar ausente da abertura da «Porto 2001, Capital Europeia da Cultura», face à posição da CNE. Segundo Fernanda Mestrinho, porta-voz da candidatura de Jorge Sampaio, o Presidente di-lo-á pessoalmente «no momento oportuno».



## DIREITA NÃO QUIS DESPENALIZAR ABORTO

Com as eleições autárquicas à porta o PS mobilizava-se de norte a sul do País. Nesta edição do «AS», referia-se em título de primeira página: «O PS é a alternativa de esperança face ao descalabro da governação AD».

Destaque, no entanto, para um suplemento sobre a questão do aborto discutida na AR, com a publicação das intervenções dos deputados do PS. A questão do aborto dividia o hemiciclo, tal como o País. De um lado a esquerda, favorável à despenalização, do outro a direita, favorável à continuação do «statu quo», ou seja da hipocrisia e da falsa moral. De um lado a luz, do outro as trevas, como afirmava a deputada socialista Teresa Ambrósio na sua intervenção final sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Por seu lado, o camarada Almeida Santos referindo-se ao flagelo social do aborto clandestino, afirmava: «Das clínicas de luxo aos vãos de escada, o aborto depende do dinheiro que se tenha.»

J. C. C. B.

18 de Novembro

Quem disse?

«O referendo sobre o aborto fazem-nos milhares de mulheres que abortam»

Almeida Santos



## Gás Natural Lançada primeira pedra do terminal de Sines

O primeiro-ministro presidiu, no dia 21, à cerimónia de lançamento da primeira pedra do Terminal da Gás Natural Liquefeito (GNL), um projecto de 40 milhões de contos que vai permitir a diversificação das importações de gás natural.

O futuro Terminal de GNL concessionado à Transgás Atlântico do Grupo Galp Energia deverá estar pronto em 2003 e terá uma capacidade de processamento anual de 2,3 mil milhões de metros cúbicos de gás natural, pondo termo à dependência portuguesa relativamente a Espanha, por onde passa todo o produto que chega ao

País.

Portugal terá então a possibilidade de fazer importações directas, através de navios metaneiros, de países como Angola, Egipto, Noruega, Qatar, Trinidad e Venezuela, ou outros que apresentem preços competitivos na Baía Atlântica.

O terminal de Sines constitui um importante activo estratégico da Galp Energia, dado que para além de reduzir a importância do gasoduto do Magrebe, constitui também uma porta aberta para os operadores externos que pretendam entrar no mercado espanhol a partir de Portugal.

## Ambiente Arrancou despoluição da Barrinha de Esmoriz

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu, ontem, ao início do processo de despoluição com dragagem e limpeza da Barrinha de Esmoriz, confirmou o Governo Civil de Aveiro.

O lançamento do programa de despoluição da Barrinha foi feito numa cerimónia que decorreu junto ao recinto da Feira de Esmoriz, Ovar, seguido da assinatura dos contratos de alargamento do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro àquela zona.

Para o presidente da autarquia owarense, o camarada Armando França, «é o

culminar de um longo processo em que a Câmara Municipal de Ovar esteve sempre profundamente empenhada e que vem ao encontro de uma velha reivindicação de Esmoriz».

De acordo com o autarca, «é também a concretização, em sintonia com o Governo, do projecto de dragagem e limpeza da Barrinha que a Câmara Municipal de Ovar mandou elaborar».

«Este é um projecto verdadeiramente emblemático e a visita do primeiro-ministro autentica um momento histórico para a Barrinha de Esmoriz», comentou Armando França.

## PS aumenta percentagem do Ministério da Saúde no imposto sobre o tabaco

O Grupo Parlamentar do PS apresentou uma proposta para elevar a percentagem da receita fiscal dos tabacos manufacturados consignada ao Ministério da Saúde.

Se esta proposta vier a ser aprovada, em 2001, o Ministério da Saúde passará a receber 1,1 por cento do valor global da receita fiscal dos tabacos manufacturados.

Na versão inicial da proposta orçamental, o Governo contemplava o Ministério da Saúde com um por cento do conjunto de receitas angariadas pelo Estado com

este aumento, propondo-se assim um aumento de 0,1 por cento.

Esta receita adicional, segundo os socialistas, deverá servir «para o desenvolvimento de acções no domínio do rastreio, detecção precoce, diagnóstico, prevenção e tratamento do cancro».

A bancada socialista acrescentou que ao nível do trabalho de promoção da saúde e de prevenção do tabagismo deverão ser privilegiados «os protocolos de parceria entre o Ministério da Saúde, da Educação e Juventude e Desporto».

## Direita marialva no seu esplendor

É a direita marialva unida no seu esplendor. As presidenciais os unem de novo. Os fadistas António Pinto Basto e Nuno da Câmara Pereira o toureiro Pedrito de Portugal contam-se entre os apoiantes do candidato presidencial do PSD, Ferreira do Amaral. Brevemente contará possivelmente com o apoio do resto dos artistas da família Câmara Pereira. E são muitos. Mas os

apoios «culturais» e políticos não se ficam por aqui. Maria José Nogueira Pinto (vocês sabem que eu sei que...) também faz parte da Comissão de Honra. E, para completar o leque de personalidades, o inenarrável autarca do CDS/PP Avelino Ferreira Torres. Assim vai a nossa direita na corrida para Belém.

## CNE DÁ RAZÃO A JORGE SAMPAIO

**O candidato do PSD Ferreira do Amaral sofreu a primeira flagrante derrota nesta pré-campanha das eleições para a Presidência da República. A Comissão Nacional de Eleições deu plena razão a Jorge Sampaio, considerando legal que o Presidente da República compareça na sessão inaugural do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura», no dia 13 de Janeiro. A candidatura apoiada pelo Partido Socialista lembrou depois as ofensas já feitas pelo ex-ministro de Cavaco Silva. Um estilo que mostra que estilo de campanha está o candidato do PSD disposto a fazer, evitando que se discutam as questões de fundo da vida nacional. Na última semana, alguns dos mais brilhantes jogadores de futebol e personalidades ligadas à cultura saíram em apoio da candidatura presidencial de Jorge Sampaio.**



O Presidente da República tinha razão quando decidiu participar na inauguração do «Porto 2001 – Capital da Cultura» e anunciará no momento oportuno se resolver estar presente na cerimónia, que se realiza na véspera das eleições presidenciais. Segunda-feira, a porta-voz da candidatura de Jorge Sampaio, a jornalista Fernanda Mestrinho, congratulou-se com a decisão da Comissão Nacional de Eleições (CNE) de considerar legal a presença do Presidente da República na sessão inaugural da Capital Europeia da Cultura. Para Fernanda Mestrinho, a decisão da CNE releva que Jorge Sampaio tinha razão quando decidiu participar na sessão inaugural do Porto 2001 no dia 13 de Janeiro. A porta-voz da candidatura de Jorge Sampaio aproveitou para criticar o candidato apoiado pelo PSD, Ferreira do Amaral, que foi o principal contestatário da presença do chefe de Estado na cerimónia.

Fernanda Mestrinho não adiantou, contudo, se Jorge Sampaio alterará a decisão de estar ausente da abertura da Capital Europeia da Cultura face à posição da CNE, limitando-se a afirmar que o Presidente da República dilu-a pessoalmente «no momento oportuno». Para a porta-voz do candidato apoiado pelo Partido Socialista, Ferreira do Amaral fez «declarações ofensivas» quando considerou que a presença do Presidente da República na abertura do Porto 2001 era ilegal e reveladora de «claro aproveitamento político» do evento». «Lamentamos que num momento em que se devia debater os verdadeiros problemas do futuro do País, o candidato Ferreira do Amaral queira fazer uma campanha baseada em ofensas e artifícios de marketing», denunciou. Por outro lado, acrescentou: «Ferreira do Amaral mostrou um claro desconhecimento das leis, quando afirmou que a participação do

Presidente da República era ilegal.» Inicialmente a presença de Jorge Sampaio estava prevista para a abertura da Capital Europeia da Cultura, mas após as críticas que lhe foram dirigidas pelos seus adversários, anunciou que estaria ausente do evento. A ausência de Jorge Sampaio gerou então um movimento de solidariedade e de recolha de assinaturas no sentido de o fazer voltar atrás e participar num evento de «importância nacional». Com a justificação de não poder ficar indiferente a este movimento, o Presidente da República acabou por pedir à CNE que se pronunciasse sobre a legalidade da sua presença no Porto de 13 de Janeiro. Na terça-feira, a CNE, sublinhando que a questão que lhe foi colocada pelo chefe de Estado é sobretudo política, referiu que do ponto de vista jurídico a sua presença no Porto 2001 é legal.

### Elogio à comunidade portuguesa

O desespero do candidato do PSD Ferreira do Amaral também o levou a criticar a presença do Presidente da República em Newark, no Estado Unidos da América, onde quinta-feira, antes de partir para a cimeira ibero-americana, se encontrou com a comunidade emigrante portuguesa. Jorge Sampaio aproveitou para elogiar a comunidade de origem portuguesa de Newark, durante um almoço naquela cidade norte-americana.

O Presidente da República disse a duas centenas e meia de portugueses e luso-descendentes do mundo empresarial, político, académico e associativo do estado norte-americano de Nova Jersey que o País tinha orgulho «nas capacidades e na maneira como puderam vencer desafios que sabemos não foram desafios fáceis». No

encontro com a comunidade de origem portuguesa, nunca o Presidente da República se referiu aos ataques que tem sido alvo por parte dos seus adversários. Realçou, antes, estar entre «as mais significativas e dinâmicas dos Estados Unidos da América». O Estado de Nova Jersey pode aproximadamente dar a um candidato cerca de cinco mil votos, que era o número aproximado de inscritos nos cadernos eleitorais portugueses no Consulado Geral de Portugal em Newark, quando, em Agosto, encerrou o prazo de inscrição para as eleições de 14 de Janeiro. Na sua intervenção em Newark, Jorge Sampaio recuou aos seus oito anos de idade, altura da sua última estada naquela localidade do estado norte-americano de New Jersey, que visitou na companhia de «primos, da mãe e do pai». Jorge Sampaio salientou o contributo dos portugueses e luso-descendentes para a renovação da cidade, citando os emigrantes da primeira geração e os luso-descendentes «segundos e, porventura, terceiros que honram essas tradições e afirmam a sua capacidade de fazer crescer a actividade económica, social e desportiva. Sabemos todos, aliás, que a própria cidade de Newark se renova e se renova com as vossas iniciativas e com as vossas actividades e isso é um ponto da maior importância para aquilo que deve ser a nossa presença no mundo, uma presença activa, uma presença que também liga ao desenvolvimento de cada um, uma participação forte naquilo que é a comunidade e está à nossa volta».

### Apoios de artistas e futebolistas

No seu discurso, o chefe de Estado também deixou um incentivo e expressou a vontade de Portugal de que os luso-

descendentes sejam «cada vez mais importantes nos países em que estão». O Presidente da República pediu depois «aos empresários, aos professores da universidade, aos estudantes universitários e às pessoas das mais diversas actividades» para que tivessem a «influência que as nossas qualidades e as nossas capacidades têm demonstrado» ser possível.

A generalidade dos jogadores da selecção nacional de futebol apoiam a recandidatura de Jorge Sampaio à Presidência da República. Luís Figo, Rui Costa, Paulo Sousa, Pauleta, Sá Pinto, João Pinto, Vítor Baía, Dimas, Jorge Costa, Delfim, Fernando Couto, Simão Sabrosa, Sérgio Conceição e Paulinho Santos são alguns dos principais jogadores da selecção que apoiam Jorge Sampaio. O seleccionador nacional, António Oliveira, e os adjuntos José Romão, Rui Caçador e Silvino também já manifestaram o seu apoio a Jorge Sampaio. Rosa Mota e Carlos Lopes, Fernanda Ribeiro, os irmãos Domingos e Dionísio Castro, Rui Madeira, Pedro Couceiro, Nelo Vingada, Manuel José e Quinho, António Pinto Aurora Cunha, Rui Silva são outros dos apoiantes que Jorge Sampaio tem na área do desporto à sua recandidatura.

Terça-feira, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, Jorge Sampaio inaugurou uma exposição com obras de diversos artistas plásticos, cujo produto de venda se destina a ajudar o candidato. Graça Morais, Paula Rego, Isabel Laginhas, Júlio Pomar, Ângelo de Sousa, João Cutileiro, Luís Pinto Coelho, Julião Sarmiento e José Pedro Croft são alguns dos artistas que têm obras expostas na Sociedade Nacional de Belas Artes.

## SAMPAIO E GUTERRES CONDENAM CENAS TRISTES DE FIDEL CASTRO

**O Presidente da República, Jorge Sampaio, e o primeiro-ministro, António Guterres, lamentaram as atitudes lamentáveis assumidas por Fidel Castro ao longo da Cimeira Ibero-Americana, na cidade do Panamá. Perante a perplexidade evidenciada pela esmagadora maioria dos chefes de Estado, o presidente cubano, uma vez mais, deu provas de que secundariza questões como a democracia a liberdade e a justiça internacional, ao recusar-se a condenar o terrorismo da ETA em Espanha. A este propósito, António Guterres fez questão que este comportamento do ditador cubano está longe de ser inédito. No ano passado, quando as tropas indonésias massacravam o povo timorense, também Cuba se recusou a condenar esta brutal violação dos Direitos Humanos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Jorge Sampaio e António Guterres aproveitaram também para saudar o presidente do México pela abertura democrática introduzida no seu País.**

O Presidente da República e o primeiro-ministro de Portugal criticaram veementemente a atitude de Cuba na sessão de trabalho dos chefes de Estado ibero-americanos sobre a proposta de condenação da ETA, qualificando-a como «lamentável», «inexplicável» e «inaceitável». Numa conferência de Imprensa com os jornalistas portugueses, Jorge Sampaio rejeitou que o presidente Fidel Castro tenha sido o «protagonista» do debate de chefes de Estado, acreditando que, pelo contrário, o líder cubano lhe pareceu «profundamente isolado na sua posição em relação a esta matéria». O debate, que acabou por se transformar numa troca de acusações entre Fidel Castro e o presidente salvadoreño, Francisco Flores, foi, na opinião de Jorge Sampaio, algo de «perfeitamente dispensável no contexto» e de utilidade certamente questionável na via «para reforçar esta cimeira ibero-americana». O chefe de Estado português reiterou, por outro lado, que, do ponto de vista português, «a condenação da ETA era fulcral», por «razões de fundo, de vizinhança e de repúdio absoluto de um processo que obviamente não pode ter qualquer guarida democrática ou política». O primeiro-ministro, António Guterres, interveio igualmente para dizer que considera «tão lamentável», como a não clara condenação do terrorismo da ETA por Cuba, a não condenação do terrorismo de Estado da Indonésia em Timor-Leste pelo regime de Havana na Assembleia Geral das Nações



Unidas no ano passado. «Aquilo que se passou na cimeira ibero-americana, do meu ponto de vista, é inexplicável», concluiu o primeiro-ministro.

Ao usar da palavra na cimeira ibero-americana, na cidade do Panamá, sábado passado, o Presidente da República sublinhou a ideia de que o desenvolvimento económico é a base do desenvolvimento humano e social. O chefe de Estado português centrou o seu discurso na problemática da situação da infância e adolescência na América latina, tema central da X Cimeira Ibero-Americana, insistindo que ela constitui uma «questão prioritária e estratégica do desenvolvimento económico e político das sociedades». Neste sentido, sublinhou, é necessário acompanhar o indispensável desenvolvimento económico com políticas sociais, designadamente ao nível da educação – fundamental para a aprendizagem dos valores cívicos e democráticos – e da saúde. Referiu ainda a necessidade das sociedades terem políticas de apoio à infância e não deixarem todas as questões para as esferas da família, escola e, em última análise, da justiça. Esta ideia seria depois retomada pelo presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, que sublinhou também a importância de políticas sociais que apoiem o desenvolvimento humano.

### Empenho de Portugal na cooperação

A concluir o seu discurso na cimeira ibero-americana, o Presidente da República reconheceu que nenhum dos objectivos pode ser alcançado sem o desenvolvimento económico e da abertura comercial, ressaltando, todavia, que este pode ser

estabelecidas com o Mercosul e o Acordo entre os Quinze e o México, concretizado durante a presidência portuguesa da União Europeia. Trata-se, segundo António Guterres, de uma «batalha política absolutamente decisiva» em que Portugal tem a obrigação de aproveitar os laços culturais, históricos e económicos que o ligam aos países latino-americanos.

Quanto ao tema central da X Cimeira Ibero-Americana, «A Infância e a Adolescência na América Latina», o chefe do Governo lembrou que Portugal tem um papel de referência face aos parceiros ibero-americanos, que se confrontam com graves problemas ao nível da escolarização, prestação de cuidados básicos de saúde e ao nível do trabalho infantil, contra os quais apenas dispõem de reduzidos meios de intervenção. Nesse sentido, acrescentou o primeiro-ministro, não houve naturalmente grandes divergências durante a sessão de trabalho.

### Convite ao presidente da Venezuela

Já o primeiro-ministro centrou a sua intervenção na defesa de um modelo de desenvolvimento que conjugue o progresso económico e a coesão social, com medidas acompanhadas de uma reflexão sobre as reformas globais que se impõem. Num contexto de globalização, de acordo com António Guterres, que conforma uma «época paradoxal» em que as oportunidades de desenvolvimento se confrontam com desigualdades crescentes, é imperioso trabalhar no sentido da eficácia das políticas sociais, aproveitadas muitas vezes pelas classes médias e não por aqueles a quem se destinam.

António Guterres sublinhou também a necessidade de, a par do combate à pobreza que aflige actualmente as sociedades, se pensar nos desafios que o futuro coloca, designadamente com o risco de «info-exclusão» de determinados países, incapazes de acompanhar o desenvolvimento da sociedade de informação. A concluir, e à semelhança dos seus colegas ibero-americanos, o primeiro-ministro saudou o presidente mexicano, Ernesto Zedillo, pela abertura democrática que concretizou no seu país, declarando: «o mundo latino-americano e a democracia têm contigo uma dívida que não poderão pagar».

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, aceitou na passada sexta-feira o convite que lhe foi feito pelo chefe de Estado português, Jorge Sampaio, para visitar Portugal. Durante um encontro bilateral à margem da cimeira do Panamá, o presidente Chávez disse depois publicamente aceitar este convite formulado por Jorge Sampaio. Indicou também que durante a visita se deslocará à Madeira, com quem a Venezuela tem ligações históricas muito profundas.

## SALÁRIOS EM EUROS JÁ EM 2001

**A**s empresas controladas pelo Estado vão passar a pagar os salários aos seus trabalhadores em euros, «o mais cedo possível», no próximo ano, segundo a resolução aprovada, no dia 16, pelo Governo, em Conselho de Ministros.

As negociações entre os parceiros sociais serão feitas com recurso à moeda única, também já a partir do próximo ano.

O período de dupla circulação de euros e escudos será entre 1 de Janeiro de 2002 e 28 de Fevereiro. No dia 1 de Março deixam de ter curso legal as notas e moedas em escudos, explicou o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins.

A resolução intitulada «Orientações Nacionais para a Introdução Física do Euro» permite estabelecer o calendário para a mudança efectiva do escudo para o euro.

Até ao quarto trimestre de 2001, a Administração Pública e empresas prestadoras de serviços de interesse geral deverão estabelecer os respectivos tarifários em euros, indicando nas facturas o contravalor em escudos, refere o calendário.

A partir de 1 de Setembro de 2001 as moedas em euros poderão ser disponibilizadas junto das instituições de crédito e das Tesourarias de Finanças, o mesmo sucedendo com as notas na moeda europeia, a partir de 1 de Outubro seguinte.



A partir de 1 de Dezembro de 2001, os retalhistas poderão solicitar junto das instituições de crédito notas e moedas em euros para os seus fundos de caixa, as quais só poderão, contudo, ser utilizadas em transações a partir de 1 de Janeiro de 2002.

As instituições de crédito poderão distribuir pelos particulares, a partir de 17 de Dezembro de 2001, moedas até ao valor de 10 euros (cerca de dois contos), as quais também só poderão ser utilizadas em transações a partir de 1 de Janeiro

seguinte.

Sempre que possível, a partir de 31 de Outubro de 2001, os bancos deverão deixar de fornecer notas e moedas em escudos, prevê ainda o calendário estabelecido.

A partir de 1 de Janeiro de 2002, um número significativo de caixas multibanco distribuirá notas de 5, 10, 20 e 50 euros, devendo o processo de conversão estar concluído no final da primeira quinzena de janeiro de 2002.

Todos os retalhistas que tiverem de efectuar

trocos nas transações com os seus clientes, a partir de 1 de Janeiro de 2002 deverão, sempre que possível, fazê-lo em euros.

O período de circulação das notas e das moedas em euros e em escudos, que se inicia em 1 de Janeiro de 2002, termina dois meses depois, mas até 30 de Junho de 2002 a troca de notas e moedas em escudos por notas e moedas em euros poderá ser feita nos bancos e Tesourarias de Finanças.

Depois, há um período de seis meses em que a referida troca poderá ser feita na sede ou delegações e filiais do Banco de Portugal.

O pagamento em euros das notas retiradas de circulação efectuar-se-á num prazo de 20 anos nas instalações do Banco de Portugal.

Entretanto, a Administração Central deverá tomar medidas que visem facilitar a introdução das novas notas e moedas entre as populações com dificuldades de acesso à informação e, em particular, das pessoas que não tenham contas bancárias. A resolução aprovada pelo Governo salienta que a introdução da moeda única «será a mais importante mudança alguma vez efectuada a nível comunitário», diz um comunicado oficial.

«Deverá afectar todos os agentes económicos e numerosas alterações serão concretizadas a nível das empresas, da Administração Pública e dos cidadãos», acrescenta.

## ANTECIPAR OU NÃO, EIS A QUESTÃO

**O** Executivo socialista decidiu consagrar direitos de opção no regime aplicável à antecipação da idade de acesso à pensão de velhice, nas situações de desemprego involuntário de longa duração.

A decisão foi tomada, durante a reunião semanal do Conselho de Ministros, que decorreu, no dia 16, em Lisboa.

O decreto-lei em questão vem assegurar a aplicação do regime de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice, a partir dos 60 anos, nos termos do decreto-lei n.º 79-A/89, de 13 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos decretos-lei n.º 418/93 e 57/96, respectivamente, de 24 de Dezembro e de 22 de Maio, aos beneficiários que tenham preenchido os respectivos requisitos em data anterior a 1 de Julho de 1999.

Permite-se ainda, o acesso à pensão antes de atingirem os 60 anos, aos beneficiários que, à data do desemprego, tenham idade igual ou superior a 55 anos, e carreira contributiva de, pelo menos, 20 anos com



registos de remunerações. Para o efeito, dá-se nova redacção ao artigo 44º do decreto-lei n.º 119/99, de 14 de Abril. Nestes casos, à semelhança do que já acontece com os beneficiários abrangidos pelo n.º 3 do referido art.º 44º, o montante estatutário da pensão é calculado de acordo com o disposto no art.º 38º-A, aditado ao decreto-lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, pelo decreto-lei n.º 9/99, de 8 de Janeiro.

O exercício de ambos os direitos fica dependente de opção do interessado nesse sentido, assegurando-se assim, a protecção que os próprios considerem mais adequada.

### Diferenciação positiva

Também na passada reunião de Conselho de Ministros, o Governo deu carta branca ao diploma que altera o artigo 7º do decreto-lei n.º 265/99, de 14 de Julho, que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência.

Tendo presente o princípio da diferenciação positiva, este diploma vem alterar o decreto-lei n.º 265/99, de 14 de Julho, procedendo ao aumento das percentagens que servem de base à determinação do montante do complemento por dependência, atribuído aos pensionistas em situação de

dependência do segundo grau.

Encontram-se nesta situação, desde que certificada pelo Serviço de Verificação de Incapacidades da Segurança Social, os indivíduos que, para além de não poderem praticar, com autonomia, os actos indispensáveis à satisfação de necessidades básicas da vida quotidiana, - designadamente os relativos à alimentação, ou locomoção ou aos cuidados de higiene pessoal, - se encontram acamados ou que apresentam quadros de demência grave, carecendo por isso de prestação de assistência por outrem.

O complemento por dependência nas situações de segundo grau passa a ser, a partir de 1 de Dezembro de 2000, no montante de 90 por cento do montante da pensão social para os pensionistas do regime geral da segurança social e de 85 por cento daquele mesmo montante para os pensionistas do regime especial das actividades agrícola, do regime não contributivo e dos regimes equiparados.

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

O secretário de estado adjunto da Administração Interna, Carlos Zorrinho, apelou, no dia 17, em Mortágua, ao empenho nacional para o combate à destruição da floresta pelo fogo porque este sector representa 250 mil postos de trabalho.



Zorrinho salientou ainda os 400 milhões de contos por ano que a floresta representa para a economia portuguesa como «um forte argumento» para que o País não continue «a assistir à sua destruição».

O responsável falava no âmbito de uma visita ao concelho de Mortágua, que considerou «comparável aos gauleses da aldeia de Asterix na forma como resiste aos ataques do fogo».

A razão para a comparação estabelecida pelo secretário de Estado entre Mortágua e a aldeia gaulesa é o facto de este concelho ter cerca de 85 por cento do seu território coberto por floresta e não sentir, ano após ano, o calor das chamadas dos fogos de Verão.

Carlos Zorrinho, numa reunião com o presidente da câmara de Mortágua, o camarada Afonso Abrantes, e elementos locais ligados à floresta, ficou a saber que o sucesso no combate ao fogo se deve à forma como a autarquia envolveu a comunidade e a sensibilizou para ser a primeira linha desse combate, à construção de pontos de água, à vigilância intensa e à constituição de equipas de sapedores e, acima de tudo, aos dividendos retirados da floresta.

**AGRICULTURA**

«Já é tempo dos produtores algarvios de apostarem forte nos mercados externos», defendeu, no dia 16, em Faro, o secretário de Estado da Agricultura, Luís Vieira, sugerindo que a promoção do produto deve ser associada às características turísticas da região.

A distribuição da laranja está muito centralizada no mercado nacional, explicou o governante na sessão de abertura do Congresso Nacional de Citricultura.

Os citricultores algarvios «têm que se afirmar no exterior pela diferença e pela qualidade do seu produto», aconselhou o secretário de Estado.

No entanto, perante o presente quadro de mercados globais, «se não houver concentração da oferta é extremamente difícil ter preço e quantidade para oferecer a esses mercados», alertou.



«Apesar dos esforços de modernização e de reconversão de pomares, continua a haver problemas no que respeita à comercialização, fruto de uma deficiente organização dos produtores», considerou Luís Vieira.

Em Portugal «somente 10 por cento da produção é que se encontra organizada em agrupamentos de produtores».

«O grande desafio que se coloca neste momento ao sector é o da constituição de organizações de produtores fortes que permitam concentrar a oferta, tendo em vista uma maior competitividade», sublinhou.

**AMBIENTE**

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, deslocou-se, no dia 20, ao Algarve para presidir à apresentação do projecto de requalificação urbana e valorização ambiental de Albufeira, no âmbito do Programa Polis.



No decurso da cerimónia, foi assinado o protocolo que estabelece os termos da parceria entre o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e a Câmara de Albufeira, tendo em vista a intervenção do

Programa Polis na cidade algarvia. O acordo de cooperação define ainda os termos de participação do município na sociedade de capitais públicos, designada Polis Albufeira – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, SA.

A intervenção do Programa Polis em Albufeira abrange uma área de cerca de 258 hectares, que vai desde a frente urbana litoral entre o molhe leste do Porto de Abrigo e o início da praia do Forte de S. João, o Centro Antigo, bem como o Vale da Ribeira de Albufeira, Vale Mangude e Vale Faro. O conjunto de acções previstas pelo Programa Polis de valorização ambiental e de requalificação urbana representa um investimento da ordem dos 6,5 milhões de contos.

**CIÊNCIA**

O ministro da Ciência e da Tecnologia anunciou, no dia 18, em Coimbra, que o Executivo vai apoiar a criação de redes temáticas de ciência como forma de acabar com o «espírito de capela» responsável pelo atraso da investigação em Portugal.

Em declarações aos jornalistas, Mariano Gago considerou necessário «combater o espírito de capela e de clube» que, na sua opinião, é responsável no País por graves atrasos, quer no desenvolvimento da ciência, quer noutros sectores da vida nacional.

O governante falava no Centro de Neurociências de Coimbra (CNC), após a celebração de um contrato desta unidade de investigação (que funciona junto aos Hospitais da Universidade, HUC) e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) que faz do centro o primeiro laboratório associado do País.

A iniciativa integrou-se no programa do primeiro dia da Semana da Ciência e Tecnologia, que decorre em todo o País até dia 26.

Na sua intervenção, durante a cerimónia, o ministro disse que a figura do laboratório associado (ao Estado) «contém uma ideia de desenvolvimento científico e de diversidade institucional».

«Compete ao Estado reunir as condições de desenvolvimento dessas instituições para o bem público», já que, como sublinhou, «o reforço da instituição científica está na base do nosso desenvolvimento científico».

**DESPORTO**

O ministro da Juventude e Desporto, Armando Vara, considerou, no dia 20, no Porto, que «uma má arbitragem não justifica actos de vandalismo» e apontou como estando na sua origem a «falta de civismo» dos intervenientes.

À margem de uma reunião de trabalho do Euro 2004 de futebol, realizada na Câmara Municipal do Porto, Vara comentou os incidentes ocorridos no dia 19 em vários recintos desportivos, com maior ou menor gravidade.

«Não podemos admitir que uma má arbitragem influencie comportamentos», referiu o governante, considerando que o que se passou «tem a ver apenas com a

falta de civismo dos intervenientes».

Em causa estiveram os incidentes verificados nos jogos de futebol Leixões-Fafe (II Divisão B) e Ovarense-Nacional (II Liga), em que a ira popular – tendo como base o descontentamento com as arbitragens – levou a descatos.

Também no encontro de futebol Desportivo das Aves-FC Porto (I Liga) e no jogo de hóquei-em-patins entre os portistas e o Óquei de Barcelos, no Pavilhão de Fânzeres, os ânimos estiveram exaltados no passado fim-de-semana.

Armando Vara referiu que o Governo está atento ao fenómeno desportivo, pelo que tem mantido contactos com as federações e Liga de Clubes, mas a sua intervenção está para já posta de lado, por respeito à autonomia dos órgãos que dirigem cada modalidade.

**ECONOMIA**

Portugal «pode ser selectivo» na captação de investimento directo estrangeiro (IDE), porque está numa «situação de pleno emprego», defendeu, quinta-feira, o ministro da Economia, perante a comissão parlamentar de Economia, Finanças e Plano. Mário Cristina de Sousa respondia a uma pergunta suscitada pelo deputado popular Pires de Lima, que punha em causa os objectivos do Governo no que respeita à captação de IDE, no debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2001.

Segundo o ministro, a procura de investimento estrangeiro deve ser dirigida para aqueles que «se revistam de uma forte componente tecnológica e de modernização, que acabe por ser incorporada na economia portuguesa».

Por outro lado, Cristina de Sousa garantiu que o ICEP «está a fazer os maiores esforços» nesta área, mas que Portugal se confronta com uma «concorrência muito forte dos países de Leste, que detêm vantagens comparativas, como mão-de-obra qualificada e vasto desemprego».

Para o ministro, a «componente fiscal» é muito importante nas decisões de investimento, mas «não é a única». No entanto, a «competitividade fiscal» de Portugal é também um dos objectivos, expressos pela Reforma Fiscal, que «tende para uma redução gradual do IRC», acentuou o governante, medida que considera «mais equitativa que eventuais incentivos parcelares».

**EQUIPAMENTO**

O ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, discutiu com o ministro do Fomento espanhol, Francisco Fernandez, no dia 21, o traçado da rede ferroviária de Alta Velocidade (Ravel) luso-espanhola.

O percurso do TGV tem sido discutido entre portugueses e espanhóis, havendo a dúvida sobre se deverá passar por Castelo Branco ou Portalegre.

Jorge Coelho defendeu já que a Ravel deverá passar «próximo do centro do País», não se comprometendo com nenhum dos «lobbies regionais» que disputam a passagem do TGV.

O ministro afirmou que o TGV deverá permitir

PELO PAÍS

Governança Aberta

o mesmo tempo de viagem nos percursos Lisboa/Madrid e Porto/Madrid, cerca de três horas.  
O governante já apontou 2007/2008 como prazo para a Ravel estar em funcionamento.



Portugal defende que o TGV passe por Cáceres, embora não haja ainda certeza sobre se passará na Beira Baixa ou no extremo norte do Alto Alentejo.  
Do lado espanhol, o presidente da Junta Regional da Extremadura já defendeu que o corredor do TGV deve passar por Badajoz e Mérida rumo a Madrid, afirmando que naquela zona está a maior parte da população e da estrutura produtiva da Extremadura espanhola.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, disse, no dia 21, que um quarto das famílias portuguesas mudou-se para casas melhores nos últimos anos e salientou o «empenho» do Estado e das autarquias nessa aposta.



«Só em 1999 foram entregues 7200 casas de arrendamento público. É mais do que foi feito entre 1990 e 1995, período em que não passou das cinco mil habitações», acrescentou a secretária de Estado, que falava durante a entrega das chaves de oito fogos em Alvarenga, no extremo oriental do concelho de Arouca, distrito de Aveiro. Leonor Coutinho foi o primeiro membro do

governo a visitar a localidade em 40 anos, o que levou a população a recebê-la com foguetes.

As oito habitações são as primeiras da urbanização de Pade – que, quando concluída, terá 31 fogos – e foram comparticipadas pelo Estado com 26,4 mil contos, a fundo perdido.  
Na cerimónia de entrega dos fogos, Leonor Coutinho defendeu que a política pública de habitação não se deve limitar à construção de novos fogos, «impondo-se também uma aposta forte nos programas de reabilitação e manutenção dos edifícios».

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude anunciou, no dia 19, no Porto, o lançamento, em 2001, do Programa de Modernização das Associações Juvenis e Desportivas que visa dotar as associações de material informático e possibilitar a sua ligação em rede.



«É um programa ambicioso que tem como principal objectivo apoiar as associações no desafio da integração dos jovens na sociedade de informação», referiu Miguel Fontes, salientando que se trata de «criar pólos de acesso às novas tecnologias».  
No total vão beneficiar deste programa sete mil associações, das quais 1100 são juvenis.

O secretário de Estado falava no encerramento do 15º Encontro Regional das Associações Juvenis, organizado pela Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto (FAJDP).

Miguel Fontes defendeu a necessidade de «reforçar» o associativismo juvenil, afirmando que está a seu ultimada um proposta de lei de enquadramento juvenil que representa «um novo impulso na política de juventude, no que diz respeito ao associativismo».

A proposta de lei deverá ser entregue até final do corrente ano na Assembleia da República.

Salientou ainda a criação a nível nacional de centros de recursos – com equipamentos multimédia e audiovisuais, som e luz e novas tecnologias, entre outros – que funcionarão nas sedes das federações distritais de associações juvenis.

PRESIDÊNCIA

O ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, acompanhado do secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, recebeu, no dia 20, em audiência o Secretariado da Plataforma para o Audiovisual, estrutura representativa de um conjunto de associações, sindicatos e outras entidades ligadas ao sector do audiovisual.

Na reunião, foi aprovada a constituição de um grupo de trabalho, presidido pelo próprio ministro, que debaterá os desafios que se colocam a todo o sector. Entre outros temas, o grupo de trabalho debaterá questões relativas ao lançamento da televisão digital terrestre, à revisão do contrato de concessão do serviço público de televisão, ao sistema de incentivos ao audiovisual e à regulação do sector.

SAÚDE

«A Medicina Física e Reabilitação (MFR) é uma prioridade do Governo, que está empenhado na criação de uma rede nacional de cuidados nesta área», afirmou sexta-feira, em Coimbra, o secretário de Estado da Saúde.

«A Medicina Física e Reabilitação tem sido um pouco esquecida, é preciso dar um novo élan a esta especialidade», sublinhou José Miguel Boquinhas.

Ao intervir na sessão de abertura do congresso nacional da Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação (SPMFR), o secretário de Estado anunciou que um grupo de trabalho está a preparar um modelo para uma rede nacional de cuidados de fisioterapia, que incluirá prestadores dos sectores público e privado.

«Desenhado o modelo e as necessidades do País, dentro de pouco tempo estaremos em condições de implementar uma verdadeira rede de cuidados de MFR», afirmou Boquinhas.

O governante adiantou que o grupo de trabalho criado no âmbito da Direcção-Geral da Saúde vai fazer um levantamento das necessidades do País nesta matéria e que a rede começará a funcionar de forma faseada, de acordo com as carências das diversas regiões.

SEGURANÇA SOCIAL

O Governo «está empenhado» no combate às baixas fraudulentas e vai introduzir um sistema informático que permitirá um maior acompanhamento de cada caso, disse, terça-feira, em Lisboa, o secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva.  
Os Centros Regionais de Segurança Social intensificaram desde 11 de Novembro a fiscalização das baixas médicas numa acção que se prolongará até ao final do ano e que foi decidida pelo Governo para combater de forma mais acentuada eventuais irregularidades no sistema.

De acordo com o governante, a confirmação da baixa médica é actualmente efectuada através da fiscalização e de chamadas a juntas médicas que poderão incluir um clínico indicado pelo agente que está a ser inspecionado.

Brevemente, continuou o governante, os Centros Regionais de Segurança Social irão ter disponível um sistema informático integrado que «escolhe» pessoas a verificar não só pelo tempo de vigência da baixa mas também pelo perfil do agente.

SOLIDARIEADE

O secretário de Estado adjunto do ministro da Solidariedade anunciou, quinta-feira, dia 16, em Ourém, a criação de um grupo de trabalho que está a preparar a reforma da ocupação de tempos livres (ATL) existente em Portugal.



Durante a comemoração dos 25 anos do jardim-de-infância de Ourém, Rui Cunha explicou que os ATL vão sofrer uma reforma profunda, coordenada em conjunto com o Ministério da Educação.

Até ao momento, os ATL são apoiados em exclusivo pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, mas Rui Cunha defende que o Ministério da Educação deve ter também um papel mais activo, tutelando toda a formação pedagógica dos jovens.

Dessa forma, o grupo de trabalho, que inclui elementos dos dois ministérios e da sociedade civil, vai «fazer uma análise daquilo que existe, inventariando os problemas que devem ser resolvidos».

Para Rui Cunha, «os ATL resultam, em grande medida, do empenhamento e esforço das comunidades mas não têm tido enquadramento legal e apoios».

À semelhança do que já sucede no ensino pré-escolar, «o Ministério de Educação terá de ter uma tutela pedagógica nos ATL que até agora não tem desempenhado», destacou.

TURISMO

O secretário de Estado do Turismo assegurou, no dia 16, em Santa Maria da Feira, que «existe uma estratégia nacional forte, consolidada e rentável» para o sector, testemunhada pelo crescimento de 10 por cento nas receitas previstas para este ano.

Vitor Cabrita Neto falava no seminário «Novas Estratégias para o Turismo», que decorreu no Europarque, e respondia às críticas feitas pelo presidente da Associação Empresarial de Portugal, responsável pela iniciativa.

## FORAL: A ROTA PARA A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

O Conselho de Ministros deu luz verde, na passada quinta-feira, a uma resolução que aprova o Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa Foral) e cria o respectivo Grupo Coordenador.

O Foral é especificamente dirigido às necessidades de formação das autarquias e tem como objectivos centrais modernizar a Administração Local, aumentando decisivamente o nível de qualificação dos seus recursos humanos; e dotar a Administração Local de maior capacidade para responder eficazmente aos novos desafios da descentralização administrativa, aos novos desafios do desenvolvimento local e regional e da Sociedade da Informação.

A modernização da Administração Pública, em geral, e da Administração Local, em particular, constitui um dos principais compromissos assumidos pelo Executivo socialista.

Efectivamente, o Governo reconhece como necessário e urgente preparar a Administração Local, em especial os seus recursos humanos – estimulando a melhoria organizacional e a qualidade do desempenho profissional de cada indivíduo – para que os desafios que actualmente se colocam encontrem uma resposta de qualidade, rigor, eficácia e eficiência ao mais alto nível.

Destaque-se que a Administração Local conheceu nos últimos anos um conjunto de desenvolvimentos políticos e económicos que tornam imprescindível um decisivo investimento na formação das autarquias ao longo destes 7 anos, até 2006:

- A aprovação da lei que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, determinando novas e maiores responsabilidades às câmaras, em áreas essenciais ao desenvolvimento do País, sendo decisiva a plena capacitação das autarquias para estes desafios;

- O novo modelo de gestão e de partici-

pação nas decisões de investimento do III QCA aumentou significativamente a importância dos Programas Operacionais Regionais, que se tornam espaços de coordenação dos investimentos das autarquias, da Administração Central, com maiores responsabilidades para todos na região, com recursos financeiros para investimento incomparavelmente maiores;

- As crescentes responsabilidades das autarquias na gestão de equipamentos e de infra-estruturas, na prestação de serviços aos cidadãos e às empresas, revelam-se decisivas para a qualidade de vida dos cidadãos e para a competitividade das empresas. É fundamental racionalizar os investimentos, otimizar a gestão e servir melhor os cidadãos e as empresas, num contexto de maior competitividade internacional e inter-regional;

- O aumento significativo, desde 1996, das transferências financeiras anualmente destinadas às autarquias pelo Orçamento de Estado;

- O desenvolvimento da Sociedade da Informação, que se apresenta como uma oportunidade para as autarquias se aproximarem dos cidadãos e firmarem o seu papel no centro das comunidades e do seu desenvolvimento, com prestação de melhores serviços, directa e simplificada;

- A afirmação das freguesias enquanto unidades nucleares do Sistema Autárquico, impondo-se potenciar o seu papel nas comunidades e no desenvolvimento local;

- A atribuição às autarquias da representação maioritária nas Unidades de Gestão no âmbito do «Investimento Municipal e Intermunicipal» dos Programas Operacionais Regionais, que representa mais de 600 milhões de contos de investimento em acessibilidades, equipamentos, ambiente, renovação urbana e infra-estruturas de apoio às empresas.

Em face destes desenvolvimentos e desafios, a pertinência deste programa específico de formação ainda é mais demonstrada pelo défice de qualificações e de formação que actualmente caracteriza a Administração Local. De facto, atentos os dados resultantes do Recenseamento da Administração Pública, de 1996, dos cerca de 100 mil funcionários da Administração Local (em que a própria média etária atinge já os 42 anos de idade), apenas 6 por cento são licenciados, 66 por cento não dispõem sequer da escolaridade obrigatória, ao passo que apenas 1 por cento dispõe de

cursos técnico-profissionais.

Para que o Programa Foral se consubstancie num programa integrado e coordenado de formação para as autarquias locais, é criado um Grupo Coordenador, que será apoiado por uma equipa técnica, tendo em vista a orientação estratégica, a articulação nacional e o acompanhamento rigoroso deste programa.

O Grupo Coordenador tem uma natureza interministerial sendo também integrado por representantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses a ANMP e a ANAFRE.

### CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 16 de Novembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Programa de Formação para as Autarquias Locais (Programa Foral) e cria o Grupo Coordenador do respectivo programa;
- Uma resolução que aprova as Orientações Nacionais para a Introdução Física do Euro;
- Um decreto-lei que consagra direitos de opção no regime aplicável a antecipação da idade de acesso à pensão de velhice, nas situações de desemprego involuntário de longa duração, alterando o decreto-lei n.º 119/99, de 14 de Abril, que estabelece o quadro legal da reparação da eventualidade de desemprego do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem;
- Um diploma que altera o artigo 7.º do decreto-lei que procede à criação de uma nova prestação destinada a complementar a protecção concedida aos pensionistas de invalidez, velhice e sobrevivência dos regimes de segurança social em situação de dependência;
- Um decreto-lei que alarga aos municípios de Espinho e Santa Maria da Feira o sistema multimunicipal de saneamento da ria de Aveiro;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 418-B/98, de 31 de Dezembro, e os estatutos da Sociedade Porto 2001, SA;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade PolisAlbufeira, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que aprova os estatutos do Instituto de Solidariedade e Segurança Social;
- Uma resolução que nomeia Maria Francisca Cabral Cordovil coordenadora do Fundo de Coesão, previsto no n.º 3 do artigo 3.º do decreto-lei n.º 191/2000, de 16 de Agosto, e cria a estrutura de projecto para lhe prestar apoio técnico.

## O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

**Nova Rede** - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005  
**CGD** - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097  
**BES** - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278





## SEGURO DEFENDEU RATIFICAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA O ALARGAMENTO

O camarada António José Seguro, presidente dos socialistas portugueses no PE, defendeu no dia 14, em Estrasburgo, que uma das condições prévias à adesão de novos Estados à UE deverá ser a ratificação e assinatura da carta Europeia dos Direitos Fundamentais, documento que, recorde-se, viria a ser aprovado por unanimidade pelo PE.

Na sua intervenção, o eurodeputado socialista afirmou, por outro lado, a necessidade de a Carta vir a ter carácter jurídico vinculativo, de forma a que «a Europa não seja lenta na concretização dos direitos dos seus cidadãos».

Nesse sentido, adiantou, «é necessário que o PE insista para que nas conclusões da próxima Cimeira de Nice se determine um calendário preciso para a inclusão do texto na carta no Tratado».

Segundo sustentou o eurodeputado socialista, a futura versão do Tratado deverá também conter uma referência explícita à Carta dos Direitos Fundamentais, dado que a actual redacção, no seu artigo 6º, nº 2, apenas diz que «a União respeitará os direitos fundamentais, tal como os garante a Convenção Europeia de salvaguarda dos



Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, e tal como resultam das tradições constitucionais comuns aos Estados-membros, enquanto princípios gerais do direito comunitário».

António José Seguro salientou ainda os méritos do trabalho da Convenção para a

elaboração da Carta, cujo método de funcionamento deverá ser seguido nos futuros processos de revisão dos Tratados. Numa outra intervenção no PE, no dia 16, durante um debate de urgência sobre a situação do Parlamento Centro-Americano, o presidente da delegação do PE para as relações com a América Central e o México, camarada António José Seguro, considerou que é necessário dar um maior político à integração regional da América Central e valorizar o papel do Parlamento Centro-Americano naquela região e no mundo, bem como as suas relações como PE.

Estas ideias motivaram a subscrição de uma resolução, pelo eurodeputado socialista, na qual se reafirma o apoio e a solidariedade política do PE para com aquela instituição. Para o camarada António José Seguro, esta resolução é importante, uma vez que exprime «a reprovação do PE às recentes e graves críticas de que foi alvo o Parlamento Centro-Americano, e o apoio da Europa à integração regional centro-americana».

### António Campos critica PAC

Socialista de princípios e valores que não alinha na pseudo-modernização da

esquerda via Terceira Via, o camarada António Campos continua a ser uma voz incómoda para os grandes interesses e «lobbies» que giram em torno da agricultura portuguesa e europeia.

Numa intervenção no dia 15, no plenário de Estrasburgo, durante um debate sobre a BSE, o eurodeputado socialista António Campos pôs o dedo na ferida ao afirmar que a principal causa dos actuais problemas de segurança alimentar europeia, nomeadamente no que concerne à BSE, é a Política Agrícola Comum (PAC).

Segundo o camarada António Campos, a PAC privilegia a concessão de apoios aos agricultores que produzem em quantidade, em detrimento daqueles que se preocupam com a qualidade dos alimentos, em consequentemente, com a sua segurança. Neste contexto, o eurodeputado socialista considerou que não se poderá reconhecer às instituições da UE que conduzem a política agrícola qualquer autoridade, política, moral e pedagógica para falar sobre qualidade e segurança alimentar.

«A União nem sequer está disposta a acabar com a alimentação de animais com as carcaças de outros animais», disse.

J. C. CASTELO BRANCO

## Bolsa de Estágio Francis Vals no Parlamento Europeu em Bruxelas

Período de estágio: 12 de Fevereiro a 12 Julho de 2001  
Valor de Bolsa: 40 000FB/mês

### Condições exigidas:

Idade inferior a 30 anos  
Inscrição na JS ou no PS  
Ter curso superior ou frequência de 3 anos em estabelecimento de ensino superior  
Bom conhecimento de duas línguas da UE (exp.: português e outra)

### As candidaturas devem conter:

Carta com exposição de motivos da candidatura  
Currículo detalhado

Entregas das candidaturas até 30 de Novembro de 2000  
Envio das candidaturas para:  
Delegação dos Socialistas Portugueses  
Edifício Jean Monnet, 1 – 6º  
1269-070 Lisboa

Tel: 21 3142305  
Fax: 21 3193267

## BRUXELAS

## BSE

## QUINZE REÚNEM CONSENSO SOBRE TESTES A TODOS OS BOVINOS EM RISCO

Os Quinze reuniram consenso na necessidade de estender o programa de testes de despistagem da BSE a todos os bovinos considerados em risco a partir de Janeiro de 2001.

Esta posição saiu da reunião do Comité Veterinário Permanente da União Europeia, no dia 15, que demonstrou, no entanto, algumas divergências no que respeita ao alargamento dos testes aos bovinos a partir de determinada idade, uma proposta apresentada por Bruxelas no início da semana passada.

Tal como era esperado, o Comité não tomou qualquer decisão final sobre a proposta da Comissão Europeia.

O grupo de técnicos manifestou-se, no entanto, a favor de que a partir de Janeiro de 2001 todos os animais abatidos considerados em risco (abates de emergência, com sintomas neurológicos ou doentes) sejam sujeitos a despiste da doença.

Sem data para execução mantém-se ainda a fase do programa dirigida a todos os

animais acima de determinada idade.

### Divergências

Esta última questão encontra algumas divergências, já que há Estados que defendem que o programa deve abranger os animais nascidos a partir de 1 de Janeiro de 1998 – como Portugal –, enquanto outros preferem estabelecer uma idade limite.

Se a posição de Portugal for a decidida, tal irá significar a realização de testes a perto de cem mil cabeças por ano no território nacional, sendo o preço de cada um estimado entre cinco e oito mil escudos, embora a Comissão Europeia admita que possa chegar aos 12 mil.

A situação da BSE em França foi abordada no encontro, tendo este país, juntamente com a Irlanda, se disponibilizado a prestar esclarecimentos a Espanha sobre as medidas tomadas para o combate à doença, dada a intenção de Madrid de embargar a importação de bovinos vivos acima dos dois anos.

## SEIXAS DA COSTA CONTRA INÉRCIA DA COMISSÃO EUROPEIA

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, criticou a Comissão Europeia considerando que ela tem demonstrado alguma inércia na implementação de projectos para as regiões ultraperiféricas.

Seixas da Costa teve no dia 15, na capital francesa, um almoço de trabalho com Christian Paul, secretário de Estado do Ultramar, para abordar «o estado de implementação dos projectos relativos às regiões ultraperiféricas europeias, ou seja do ultramar francês, dos Açores e da Madeira, ou ainda das Canárias».

A França, Portugal e a Espanha, os três países que têm regiões ultraperiféricas, apresentaram já no ano passado memorandos detalhando medidas para as suas respectivas regiões, «mas a Comissão Europeia (CE) tem demonstrado alguma inércia desta área», referiu Seixas da Costa. O secretário de Estado dos Assuntos Europeus anunciou que «os Chefes de Governo de Portugal, França e da Espanha vão escrever ao senhor Prodi no sentido de garantir até à Cimeira de Nice que mais medidas sejam apresentadas por parte da Comissão Europeia».

Entretanto, o presidente francês, Jacques Chirac, vai reunir-se hoje com os presidentes das sete regiões ultraperiféricas, o que, na opinião de Seixas da Costa, «irá dar uma maior visibilidade à questão, antes da Cimeira de Nice». O membro do Governo português salientou



o facto de que «durante a presidência portuguesa da União se ter procurado estimular a CE, no sentido de avançar com um plano de acção, mas infelizmente os sinais vindos de Bruxelas não tiveram o ritmo que nós desejaríamos».

Dado que se trata de uma questão «a longo prazo», Seixas da Costa deixou um recado para a presidência sueca, no primeiro semestre de 2001, dizendo que «contava com o entusiasmo da presidência sueca». «A Suécia pode contar com o entusiasmo da presidência portuguesa relativamente à chamada "dimensão nórdica". Nós temos a certeza absoluta de que a presidência sueca não deixara de manter um entusiasmo relativamente às questões das regiões ultraperiféricas», frisou o secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

## BRUXELAS DEVERÁ PROPOR REDUÇÕES DAS QUOTAS

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, admitiu no dia 17 que a Comissão Europeia venha a propor reduções drásticas das quotas de pesca para 2001, tendo em conta a diminuição dos «stocks» de algumas espécies.

«Tenho uma noção de que a Comissão irá apresentar fortes reduções em todas as espécies, devido à avaliação dos recursos existentes», afirmou José Apolinário, à margem do Conselho de Ministros das Pescas, realizado em Bruxelas.

A situação preocupa Portugal, em especial em relação a algumas das espécies mais procuradas como é o caso da sardinha (que representa 40 por cento das pescas lusas), pescada e tamboril. No caso da sardinha, os dados científicos da Comissão Internacional de Exploração dos Mares indicam uma redução de 30 por cento das capturas, enquanto para

o tamboril esta diminuição atinge os 50 por cento.

O bacalhau, cuja redução de captura é igualmente sugerida pelos estudos, constitui outro dos problemas, dado que, apesar de não ter um efeito directo sobre volume total de capturas portuguesas, tem um grande peso em termos da pesca longínqua e no consumo e a sua restrição poderá significar um significativo aumento de preço deste peixe.

A sarda e o verdinho são outras espécies que interessam aos portugueses, já que são utilizadas para a troca com outras frotas, recebendo Portugal os peixes que interessam ao mercado nacional.

No que respeita à sardinha, sobre a qual é aconselhada a redução das capturas na ordem dos 30 por cento, Portugal teme uma vez mais que Bruxelas imponha quotas de captura, o que não acontece até agora.

## SINDICATOS ELABORAM RELATÓRIOS OBRE SITUAÇÃO LABORAL

O presidente da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP), João Preença, defendeu em Maputo a universalização da educação obrigatória formal, para combater o trabalho infantil. Preença, que falava no dia 15, na abertura da II conferência CSPLP, disse que é importante investir-se cada vez mais na educação e formação contínua dos trabalhadores, como forma de acompanhar o avanço das tecnologias e capacitar a massa laboral no seu uso. Nesta reunião de dois dias, foi aprovada uma resolução que deverá ser entregue aos chefes de Estado das sete nações da CPLP, contendo os principais problemas do trabalhadores neste grupo linguístico. As condições do trabalhador tem-se degradado e é urgente encontrar-se formas de melhorá-las, disse João Preença.

### Por um comércio mundial mais justo

Isso, na sua opinião, passa pela negociação com instituições financeiras internacionais, «exigindo-se o cancelamento da dívida» e um «comércio mais justo» entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

No encontro de Maputo, participaram sindicalistas dos sete países da CPLP, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Timor Leste participou como observador.



O encontro, subordinado ao tema «Cooperação, Desenvolvimento e Globalização – os Desafios Para a Educação e Formação», debateu o papel dos sindicatos na globalização e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Joaquim Fanheiro, secretário geral da Organização dos Trabalhadores de Moçambique, disse no encontro que os desafios dos sindicatos moçambicanos se prendem com a falta de capacidade de formação dos próprios sindicalistas, sendo por isso necessário investir nessa área.

Segundo Fanheiro, estão já a decorrer alguns programas de formação em coordenação com a UGT de Portugal.

## Ministros e secretários de Estado do Turismo debatem cooperação em Lille

A cooperação e o desenvolvimento sustentado no turismo estiveram em debate na reunião de ministros e secretários de Estado do sector na União Europeia (EU), que decorreu ontem, quarta-feira, em Lille.

A iniciativa da reunião partiu da secretária de Estado do Turismo, Michelle Demessine, no quadro da presidência francesa da UE, e foi precedida de um fórum intitulado «Para uma política de desenvolvimento durável do turismo na Europa», na qual participaram delegações de uma dezena de países da Europa Central e Oriental. Michelle Demessine referiu, num comunicado, que a Europa constituiu hoje a «primeira região turística mundial», com mais de 392 milhões de visitantes em 1999.

A Europa é igualmente a primeira região emissora de turistas para os outros destinos do planeta.

Segundo as previsões da Organização Mundial de Turismo, os fluxos turísticos na Europa deverão duplicar nos próximos 10 anos, o que levará à criação de 2 a 3 milhões de novos empregos directos e indirectos.

A secretária de Estado defende que as acções dos países europeus no domínio do turismo terão vantagens em serem coordenadas, para melhor promoverem o destino Europa na paisagem mundial, através da valorização das identidades nacionais e regionais.

ANGRA DO HEROÍSMO Açores

## VIII GOVERNO REGIONAL TOMOU POSSE

**O** VIII Governo Regional dos Açores, o segundo presidido pelo socialista Carlos César, foi empossado em Angra do Heroísmo pelo ministro da República, Sampaio da Nóvoa.

O novo Executivo, o primeiro do PS com maioria absoluta, integra oito secretários e um subsecretário regionais, mais um titular que no Governo cessante.

Segundo afirmou Carlos César após ter obtido esta vitória histórica do PS, o novo Governo Regional terá como paixão a solidariedade social.

Como secretário da Educação e Cultura, com a tutela, também do desporto, trabalho, juventude e formação profissional, tomou posse Álvaro Meneses.

José Contente assume a chefia da Secretaria da Habitação e Equipamentos, que inclui a protecção civil.

Fernanda Mendes, único elemento novo em relação ao VII Governo Regional, tomou posse da Secretaria dos Assuntos Sociais, que engloba a saúde, segurança social, igualdade de oportunidades e luta contra



as dependências.

Na secretaria da Economia, Duarte Ponte ficará com a tutela do comércio, indústria, energia, transportes, comunicações e defesa do consumidor.

Nas Finanças foi investido Roberto Amaral. A Agricultura e Pescas passa a ter como titular Ricardo Rodrigues, sendo Hélder Silva empossado secretário do Ambiente. Francisco Coelho assume o cargo de secretário regional Adjunto da Presidência, com a tutela dos assuntos parlamentares, administração pública local e regional, inspecção administrativa regional, assuntos eleitorais e estatística.

Como único subsecretário regional tomou posse Carlos Corvelo, responsável pelo Planeamento e Assuntos Europeus.

A tomada de posse do novo gabinete de Carlos César ocorre um mês depois das eleições para o Parlamento regional, a 15 de Outubro.

Recorde-se que os socialistas elegeram 30 deputados, o PSD 18, enquanto o CDS/PP e o PCP conseguiram dois representantes cada.

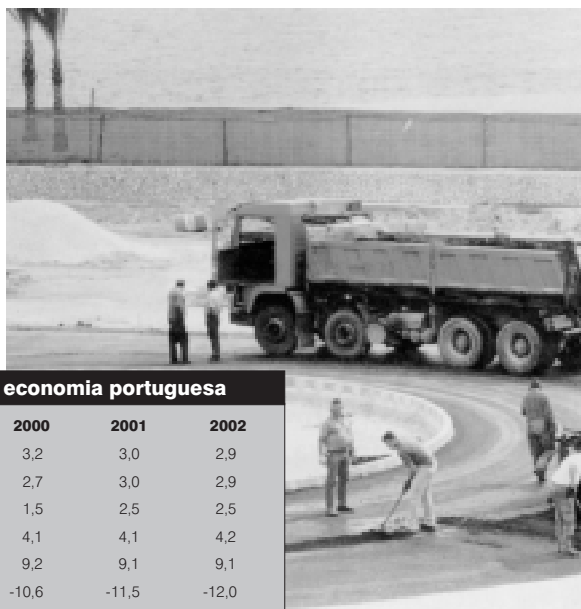
ECONOMIA

OCDE

## PORTUGAL ACELERA

**O** crescimento económico em Portugal deverá acelerar este ano para 3,2 por cento, puxado pelas exportações, segundo o «Economic Outlook» da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE), divulgado segunda-feira.

A OCDE afirma que a actividade económica se manteve sustentada este ano em Portugal, com a retoma das exportações a compensar o forte abrandamento do consumo privado, enquanto o desemprego manteve a tendência de baixa e a inflação acelerou. A OCDE estima que a economia portuguesa cresceu 3 por cento em 1999 e acelerará para 3,2 por cento este ano, voltando a abrandar ligeiramente nos dois próximos anos: 3 por cento em 2001 e 2,9



por cento em 2002.

A OCDE prevê que o desemprego baixe em 2000 para 4,1 por cento, taxa que se manterá no próximo ano, e que a inflação acelere este ano para 2,7 por cento e para 3 por cento em 2001, para abrandar ligeiramente, para 2,9 por cento, em 2002. Adverte que como a actividade económica se mantém a um nível próximo do seu potencial, e na ausência de uma política orçamental mais rigorosa, os salários poderão aumentar mais do que o previsto, acentuando as pressões inflacionistas e provocando uma erosão da competitividade externa.

A OCDE reclama um processo de consolidação orçamental que inclua um melhor controlo das despesas públicas, nomeadamente com reformas estruturais na saúde e segurança social e uma disciplina mais rigorosa no plano dos salários do sector público.

Aquela organização internacional afirma que o défice da balança de transacções correntes (BTC) poderá agravar-se até 12 por cento do PIB em 2002 (8,9 por cento em 1999, 10,6 por cento este ano e menos 11,5 por cento no próximo).

A OCDE admite que a taxa de poupança das famílias continue a evoluir desfavoravelmente, passando de 9,5 por cento no ano passado, para 9,2 por cento em 2000 e para 9,1 por cento nos próximos dois anos.

Evolução de indicadores da economia portuguesa

	1999	2000	2001	2002
PIB(crescimento)	3,0	3,2	3,0	2,9
Inflação	2,3	2,7	3,0	2,9
Prod. Ind. (cresc)	3,1	1,5	2,5	2,5
Taxa Desemprego	4,5	4,1	4,1	4,2
Taxa poupança part	9,5	9,2	9,1	9,1
Saldo da BTC (% PIB)	-8,9	-10,6	-11,5	-12,0

PLANEAMENTO

Elisa Ferreira revela

## PROJECTOS DO QCA III REPRESENTAM INVESTIMENTOS DE 400 MILHÕES

Os projectos já aprovados no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA) representam investimentos que ascendem a 400 milhões de contos, revelou no dia 17 Elisa Ferreira na Assembleia de República.

A ministra do Planeamento falava no debate na especialidade do Orçamento de Estado para 2001 onde os desequilíbrios de desenvolvimento entre o litoral e o interior do País estiveram em destaque.

Portugal já recebeu da União Europeia a primeira tranche respeitante ao PIDDAC 2000, e em 31 de Outubro fez o primeiro pedido de pagamento intermédio.

A segunda tranche do pagamento por conta deverá ser realizado no início de 2001, adiantou a ministra.

Elisa Ferreira defendeu que o Programa de



Investimento das Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) 2001 aposta na diminuição das assimetrias regionais, mas a oposição levantou algumas dúvidas acerca da equidade e evolução da distribuição das verbas.

Segundo Elisa Ferreira investimento previsto por habitante para os distritos do interior do País regista um crescimento 25 por cento acima da média do país, ao mesmo tempo que Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma desaceleração dos apoios, cujo término está previsto para 2006.

Elisa Ferreira desmontou as críticas da oposição com números sobre Lisboa e Vale do Tejo e do Norte.

O peso desta região no PIDDAC aumentou de 24,3 por cento em 1995 para 32 por

cento em 2000, enquanto o da região da capital baixou de 47,2 por cento para 33,7 por cento no mesmo período.

Respondendo a outras críticas da oposição, Elisa Ferreira referiu que «somente a parte do financiamento correspondente ao Ministério da Agricultura consta do PIDDAC», respondeu a ministra acrescentando que «tudo o que é investimento através do aumento de capital da EDIA ou de parcerias com as autarquias, não entra neste valor».

Sobre o andamento do projecto Elisa Ferreira garantiu que os problemas técnicos que vieram atrasar o projecto já foram ultrapassados e que «o contrato com os empreiteiros com vista a iniciar o enchimento em Dezembro de 2001» já foi assinado.

CIÊNCIA

Hospitais

## PORTAL DO UTENTE EM TODO O PAÍS

O ministro da Ciência e da Tecnologia defendeu, no dia 20, em Vila Real, a necessidade de consolidar e implementar nos hospitais do País o projecto Portal do Utente Hospitalar, para que os doentes acamados possam ter acesso à Internet. Mariano Gago, que falava no decorrer de uma visita a uma ciber-enfermaria no hospital de Vila Real, uma iniciativa integrada na Semana da Ciência e da Tecnologia, mostrou-se satisfeito com o facto da ciência estar a ser utilizada para satisfazer as necessidades dos doentes internados nos hospitais.

«Através do projecto do Portal do Utente Hospitalar e da possibilidade de usar os computadores e ter acesso à Internet, todos os doentes internados podem comunicar com o exterior e aceder mais facilmente à informação», acrescentou.

Para Mariano Gago, é «gratificante verificar que às vezes apenas uma pequena aplicação científica pode satisfazer as necessidades e as carências das pessoas, e pode também ajudá-las a sentirem-se mais integradas na sociedade».

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no âmbito do Projecto do Serviço Cooperativo de Extensão de Trás-os-Montes e Alto Douro (SCETAD) – Programa Cidades Digitais (que visa a informatização e digitalização de serviços com vista à implantação da sociedade da informação), está a criar ciber-enfermarias nos hospitais de Chaves e Vila Real.



Francisco Godinho, do Departamento de Engenharias e Centro de Informação da UTAD, explicou que se trata da instalação do Portal do Utente Hospitalar com Necessidades Especiais, um programa que pretende dar apoio a deficientes nos seus diversos graus, disponibilizando, pela primeira vez em Portugal, acesso à Internet a doentes hospitalizados.

Francisco Godinho referiu que para o efeito estão a ser utilizadas as mais modernas tecnologias informáticas, «bastando a voz, um pequeno movimento ou apenas o pensamento para controlar o computador e aceder à Internet nas ciber-enfermarias

dos hospitais».

«Graças às potencialidades das novas tecnologias, os doentes, mesmo que sofram de deficiências muito limitativas, podem, por exemplo, ler os jornais todos os dias», sublinhou o responsável.

Para o ministro da Ciência, é necessário consolidar o projecto, através da formação de mais técnicos para dar apoio e ensinar a trabalhar com os computadores, e instalá-lo noutros hospitais do País, que já solicitaram os seus serviços.

O Programa Cidades Digitais tem ainda em curso o Gabinete de Apoio ao Cidadão (GAC), que prevê a colocação de terminais

de computadores em juntas de freguesia, com horário de funcionamento pós-laboral, para os utentes acederem via informática a diversos tipos de informação.

E ainda os Gabinetes de Extensão Autárquica (GEA), que disponibilizam informação e serviços das câmaras municipais de Alijó, Chaves, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real.

Para fazer o primeiro ponto da situação, após o arranque e implementação do programa no terreno, Mariano Gago realizou segunda-feira uma reunião de trabalho com os governadores civis da região, o reitor da UTAD, presidentes das autarquias que aderiram ao projecto, técnicos de diversos serviços e, pela primeira vez, no papel de observadores, autarcas espanhóis.

Ainda em Vila Real, o titular da pasta da Ciência e da Tecnologia presidiu à abertura do II Festival do Filme Científico (Teleciência), integrado na II Quinzena da Ciência e Tecnologia da UTAD, que decorre até 25 de Novembro.

O festival integra a apresentação de filmes de divulgação científica de produtoras nacionais e internacionais sobre Arqueologia, Astronomia, Biologia, Ambiente, História das Ciências, Medicina, Mineralogia, Sociologia, Zoologia e Física, e será ainda acompanhado por workshops, conferências, exposições e teatro.

## RESPOSTA RÁPIDA AO DESEMPREGO

**P**ortugal vai ficar integralmente dotado, até final do ano, de capacidade para dar resposta aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego no prazo de seis meses, no caso dos jovens, ou de um ano, nos restantes.

O anúncio foi feito, no dia 21, na Batalha, pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, na cerimónia de assinatura da acta de constituição da Rede Regional para o Emprego do Pinhal Litoral, que culminou o processo de criação das redes regionais de emprego no Centro do País. Segundo Ferro Rodrigues, até meados de Dezembro ficará concluída a cobertura do País com pactos e redes regionais de emprego – estão em falta o Norte e Lisboa –, o que permitirá, a partir daí, passar a vigiar nas regiões abrangidas «a meta que a Europa, no âmbito da sua estratégia para o emprego, tinha traçado» para o final de 2002.

A meta em causa, de acordo com o ministro, consiste em «dar resposta a todos os desempregados até seis e 12 meses a partir da sua data de inscrição nos Centros de Emprego».

«Estamos, assim, a atingir este objectivo antes do fim de 2000, com mais de dois anos de avanço face à Europa», disse Ferro Rodrigues, no segundo dia da «Semana da Solidariedade».

O ministro do Trabalho e da Solidariedade referiu, ainda, que, actualmente, «são já



mais de dez mil as pessoas envolvidas nas centenas de projectos que, ao nível de cada uma das regiões do País, estão a ser ou já foram postos em prática» no âmbito

dos pactos e redes regionais de emprego. Ferro Rodrigues sublinhou que os projectos se destinam «a realidades locais muito diversificadas, para as quais as respostas

estandardizadas não são muitas vezes eficazes».

Na ocasião, o ministro chamou a atenção para a importância das parcerias e da co-responsabilização entre administração pública e parceiros privados no âmbito da promoção do emprego e da solidariedade, admitindo que esta relação serve, também, para estimular «uma verdadeira transformação da máquina estatal».

«A lógica de parceria funciona não apenas para fora mas, também, para dentro da administração», nomeadamente potenciando os recursos públicos já existentes no terreno, acrescentou Ferro Rodrigues.

Por seu turno, Paulo Pedroso, secretário de Estado do Emprego e Formação, referiu que as redes regionais de emprego obedecem a três preocupações: «Gestão participada da política de emprego, abordagem territorializada dessa política e co-responsabilização».

A Rede Regional para o Emprego do Pinhal Litoral abrange os concelhos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Batalha, correspondendo a um universo de cerca de três mil desempregados.

As redes regionais pretendem, segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, mobilizar e articular a intervenção de todos os actores sociais ao nível local e regional, dando um contributo para a resolução dos problemas de emprego e formação.

## EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

«**A** população portuguesa tem de ser sensibilizada para a reabilitação e integração da pessoa com deficiência na comunidade», afirmou, sexta-feira, dia 17, em Lisboa, o secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha.

Ao intervir no lançamento da campanha nacional de sensibilização para a empregabilidade das pessoas com deficiência, Rui Cunha sustentou que Portugal tem actualmente um quadro legislativo muito avançado no que se refere à reabilitação e integração da pessoa com deficiência mas reconheceu «algumas dificuldades» na aplicação da lei e na sensibilização para a mobilização de toda a comunidade.

O governante sustentou, contudo, que o País está agora a caminhar no sentido correcto da integração das pessoas com deficiência e apontou como exemplo o



caso dos atletas paralímpicos.

«Quando há oito anos participaram com sucesso nos Jogos de Barcelona, não houve impacto na sociedade. Depois de Atlanta já se falou um pouco e agora, após o sucesso de Sidney, ainda hoje se continua a falar», disse ao salientar que a Comunicação Social tem um «importante papel» na sensibilização da comunidade para a problemática dos cidadãos com deficiência.

Rui Cunha afirmou também que a reabilitação e integração da pessoa com deficiência «não se esgota no emprego», embora reconheça ser um factor importante na sua inserção na sociedade. «As pessoas com deficiência querem ser reconhecidas pelo contributo que podem dar às empresas», referiu.

A campanha nacional de sensibilização para a empregabilidade das pessoas com deficiência decorrerá até 7 de Dezembro e assenta na mensagem da

«eficiência» laboral da pessoa com deficiência.

Anúncios nos rádios, televisões, jornais e revistas, cartazes interiores e exteriores e marcadores de livros são os materiais da campanha que tem como objectivo final sensibilizar os empresários para a importância e rentabilidade da concessão de emprego aos deficientes. O «rostro» da campanha são dois empresários empregadores de pessoas com deficiência e o presidente da Escola Profissional do Montijo.

O terceiro Quadro Comunitário de Apoio tem uma verba de 52,8 milhões de contos para apoio à formação e integração da pessoa com deficiência que será aplicada no «desenvolvimento pessoal e profissional» da pessoa com deficiência, sua «integração no mercado de trabalho» e «acções de carácter estruturante e complementar» destinadas a garantir o sucesso da integração.



## Cascais

### Autarquia cede quatro quiosques para pessoas com deficiência

A Câmara Municipal de Cascais cedeu quatro quiosques para inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência a quatro associações, no valor de 80 mil contos.



Os quiosques foram construídos pela autarquia e são especialmente concebidos e adaptáveis para poderem ser utilizados por deficientes físicos.

Para o presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, a autarquia também ficará a ganhar com este projecto. «Como estamos a criar novos espaços verdes torna-se importante criar pontos de referência para que as pessoas os possam desfrutar da melhor forma», frisou.

A questão da segurança nos jardins foi outro dos objectivos que levou a Câmara de Cascais a colocar quatro novos quiosques em espaços verdes.

«Desta forma, as pessoas irão sentir-se mais seguras ao passear num jardim, uma vez que não estarão sozinhas», explicou Judas. Os quiosques, que irão vender jornais, revistas, artigos de papelaria e comida, proporcionarão ainda a criação de postos de trabalho para pessoas com deficiência. José Luís Judas pretende ainda que os quiosques prestem apoio à Câmara de Cascais através da manutenção dos espaços verdes, porque segundo o autarca «há uma grande falta de jardineiros».

O presidente da Câmara de Cascais, durante a assinatura dos contratos de comodato para a cedência dos quiosques, lançou um desafio às associações para que comecem a trabalhar na área das tecnologias de informação.

Os quiosques são propriedade da Câmara de Cascais, mas a gestão será da CERCICA, Associação Nacional de Espondilite, Liga Portuguesa Deficientes Motores e Comissão Nacional de Apoio aos Deficientes.

## Fafe

### Projecto de luta contra a pobreza no terreno

O município de Fafe deliberou aprovar

formalmente o projecto de luta contra a pobreza, que já está no terreno há cerca de um ano, sob o lema «Uma cultura para o desenvolvimento».



Com a dotação global de uma verba de 130 mil contos, para um horizonte temporal de cinco anos, o projecto de luta contra a pobreza vai permitir ocorrer a situações de carência económica e social, através da promoção de acções, programas e projectos de desenvolvimento e de combate à exclusão social em todas as suas vertentes, na área do município.

## Porto

### Câmara e Teatro S. João sensibilizam jovens para o teatro

O Teatro Nacional de S. João e a Câmara do Porto promovem em 2001 um projecto de sensibilização e formação dos jovens de várias escolas da cidade no mundo da arte dramática.



O projecto, denominado «Teatral Radical - Último Tempo», foi alvo de um protocolo assinado entre as duas instituições onde fica estipulado que entre finais de 2000 e de 2001 serão desenvolvidas várias iniciativas como uma oficina de artes performativas, um espectáculo, um fórum, uma experiência dramática e acções de formação.

Com um orçamento total de pouco mais de 25 mil contos, dos quais 6900 serão pagos pela Câmara do Porto, o projecto terá um responsável artístico e pedagógico indicado pelo S. João e dois elementos técnicos representantes de

ambas as partes.

A oficina de artes performativas será desenvolvida até Março de 2001 em seis escolas secundárias do Porto, em cada uma das quais será criado um grupo que preparará um trabalho a apresentar publicamente.

O espectáculo «No dia em que a C+S fechou», destinado a alunos, professores e encarregados de educação das escolas da cidade, aborda problemas relacionados com a adolescência e a escola.

No fórum, os intervenientes e convidados vão avaliar o trabalho desenvolvido ao longo do ano e tomar contacto com práticas e teorias existentes nesta área em Portugal e no estrangeiro.

## Sesimbra

### Abastecimento de água à Lagoa de Albufeira

É mais uma grande obra levada a cabo pela Câmara Municipal de Sesimbra. Teve início em Agosto a obra de abastecimento de água à Lagoa de Albufeira, que conta já com o lançamento de cerca de 2 km de conduta, para um total de cerca de 9 km. Esta obra, com execução estimada para um prazo de 15 meses, envolve, para além da referida conduta, a remodelação da Central Elevatória da Apostiça, a construção de um Centro Distribuidor composto por um reservatório apoiado de 2500 m<sup>3</sup> de capacidade, um reservatório elevado de 500 m<sup>3</sup>, uma central de sobre-elevação e um posto de transformação.

Envolve ainda o lançamento de duas condutas distribuidoras que farão a ligação dos referidos depósitos até à entrada da zona urbana da Lagoa.

Esta infra-estrutura, para além da zona urbana de Lagoa, virá contemplar também as povoações limítrofes com uma melhor e maior garantia de fornecimento de água.

## Sintra

### Levar a poesia aos mais novos

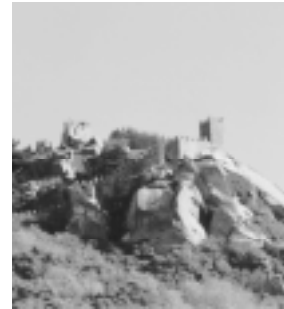
As bibliotecas municipais de Sintra, Agualva-Cacém e Tapada das Mercês realizaram uma actividade comum denominada «Oficina da palavra», na sala da nau do Palácio Valenças, que teve por objectivo promover, de uma forma descontrainda, a poesia junto dos mais novos.

Esta iniciativa é o resultado de um desafio que as três bibliotecas e o grupo Oficina da Lua lançaram a alunos de três escolas (Escola do Morais, Escola nº 1 da Tapada das Mercês e Escola de Agualva).

### Câmara e UNICEF assinam protocolo

A Câmara Municipal de Sintra e o Comité Português para a UNICEF assinaram

ontem, dia 20, numa cerimónia que decorreu no auditório do Centro Comunitário e Paroquial de Rio de Mouro, um protocolo de colaboração no âmbito da cidadania, do respeito pelos direitos e responsabilidades das crianças e da valorização da diversidade étnica e cultural.



## Vila Real de S. António

### Empresas do concelho são PME Excelência

Duas empresas de Vila Real de S. António foram distinguidas pelo IAPMEI com o título de PME Excelência na área do comércio.



As empresas distinguidas foram a Corvo & Corvo, na área do comércio de produtos alimentares e a Casa Caravela, Lda., empresa que comercializa artigos de «menáge» e artesanato.

O presidente da Câmara Municipal de Vila Real de S. António, António Murta, congratulou-se publicamente pela distinção e fez votos para que o Prémio PME Excelência entregue a estas duas empresas sirva de estímulo e de exemplo para que outros empresários do concelho e da região obtenham o mesmo galardão no próximo ano.

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António tem desenvolvido diversos esforços no sentido de contribuir para a dinamização da economia local, nomeadamente através da criação do loteamento industrial, do projecto de urbanismo comercial e de atracção de novos projectos na área do turismo.

## PS EM MOVIMENTO

### AJUDA

#### Folha informativa da Secção

Saiu o número dois da «Voz da Ajuda», folha informativa da Secção do PS da Ajuda. Destaque nesta edição, repleta de motivos de interesse, para um editorial do camarada Dias Baptista sobre o Orçamento de Estado para 2001. «Orçamento de desagravamento fiscal porque defende uma maior justiça fiscal, fazendo com que 693 mil agregados familiares passem a ficar isentos do pagamento de IRS. Este número é bastante expressivo, porque o total de agregados familiares para efeitos fiscais é de 1647 mil. Para que isso seja possível consagra-se uma luta à evasão fiscal, acabando-se com o escândalo de só os trabalhadores por conta de outrem pagarem impostos», lê-se no editorial.



#### Críticas à administração da Carris

Na folha informativa, é dado ainda realce a uma tomada de posição do PS/Ajuda sobre o processo disciplinar movido pela administração da Carris a um autarca da Freguesia que é, simultaneamente, trabalhador daquela empresa. Os socialistas da Ajuda repudiam veementemente tal atitude. Um processo a lembrar, infelizmente, outros tempos.

#### Suplementos da JS

Num suplemento da responsabilidade da JS a questão ambiental é o tema, nomeadamente a importância de reciclar (política dos 3 R's) e o papel do ecoponto e do vidro neste processo amigo do ambiente.

### BENELUX

#### IX Congresso

O programa de acção da Federação do PS Benelux (Bélgica, Luxemburgo e Holanda) para os próximos três anos esteve em debate no dia 19 em Roterdão, Holanda, no nono Congresso da organização.

O Congresso reelegeu o deputado Paulo Pisco como presidente da Federação socialista do Benelux, na sequência das eleições realizadas no passado dia 5 de Novembro.

A moção, intitulada «Mais eficácia, maior prestígio», defendeu a continuação da defesa das questões relacionadas com as comunidades portuguesas, «sem prejuízos da abordagem das questões de âmbito nacional e comunitário».

#### Dar voz às Secções

O camarada Paulo Pisco, deputado do PS pelo círculo da Emigração da Europa, considera que a Federação deve continuar a dar voz às cinco secções, apoiando as suas iniciativas e dando-lhes a força de que elas carecem para chegarem à opinião pública dos países de acolhimento.

Uma das prioridades apontadas na moção do camarada Paulo Pisco são as eleições presidenciais de 14 de Janeiro de 2001.

Lembrou, a propósito, que, pela primeira vez, os emigrantes podem participar neste acto eleitoral praticamente sem restrições.

Outra das moções apresentadas e debatidas no Congresso teve como primeira subscritora a camarada Maria Helena André – a candidata que saiu derrotada nas eleições – intitulada «Mobilizar, Dinamizar e Participar - Por um PS Forte no Benelux». Dos convidados, destaque para a presença de Francisco Assis, líder do Grupo Parlamentar do PS, António Galamba, secretário nacional para a Organização, Jâmlia Madeira, líder da Juventude Socialista, e dos deputados pelos círculos da Emigração do PS Caio Roque e Carlos Luís.

A Federação do PS/Benelux foi criada há 18 anos.

### ÉVORA

#### PS satisfeito com PIDDAC

A Federação do PS/Évora, num comunicado do dia 20, «congratula-se com o substancial aumento do investimento do Governo no distrito, previsto no PIDDAC para 2001 e que contempla a realização de importantes projectos em todos os concelhos e em todos os sectores de actividade».

Na verdade, referem os socialistas eborenses, «o investimento previsto para 2001 de 26,5 milhões de contos constitui um esforço financeiro sem precedentes no distrito de Évora, o que é ainda mais significativo quando comparado com o de 1995, último ano de governação do PSD, que foi de 5,4 milhões de contos».

#### PCP aliado à direita

Neste quadro, salienta o PS/Évora, dificilmente se compreende a posição do PCP de, uma vez mais, «se aliar à direita e votar contra um OE que tantos benefícios traz para o distrito de Évora, com a realização de um conjunto tão vasto de obras».

### FAFE

#### Reconduzidos órgãos dirigentes

Os militantes socialistas de Fafe foram a votos. No passado dia 18 de Novembro, decorreram as eleições para a Comissão Política Concelhia e Mesa da Assembleia Geral da Secção de Fafe do PS para o biénio 2000-2002.

Votaram 146 militantes, tendo a lista única alcançado 140 votos, tendo-se registado seis abstenções.

Foram assim reeleitas a Comissão Política Concelhia, liderada pelo camarada José Ribeiro, e a Mesa da Assembleia Geral, presidida pelo camarada Laurentino Dias.

### OVAR

#### Armando França reeleito

O presidente da Câmara Municipal de Ovar, o camarada Armando França, que venceu sexta-feira as eleições para a concelhia do PS, disse que esta vitória é uma grande motivação para se recandidatar à autarquia.

Armando França, que havia apoiado o candidato derrotado para a distrital, Rui Marqueiro, foi reconduzido para novo mandato na estrutura local dos socialistas e interpretou o resultado como uma vontade dos militantes de o verem a recandidatar-se à autarquia.

#### Afluência recorde

«Ganhei as primárias e, sobretudo, uma grande motivação para me recandidatar à Câmara, tendo em conta a afluência recorde», afirmou Armando França, que obteve 60 por cento dos 240 votos expressos.

A sufrágio apresentou-se também José Fragateiro, que foi apoiante do actual presidente da distrital, José Mota.

Nas eleições socialistas de Aveiro, foi reeleito Filipe Neto Brandão.

A lista «B», liderada por Filipe Brandão, obteve 144 votos contra 86 da lista «A», encabeçada por Nogueira de Lemos, e 42 da lista «C», de José Sá Chaves, numa eleição em que estavam inscritos 424 militantes e em que votaram 274, tendo havido dois votos brancos.

«É um voto de confiança dos socialistas aveirenses que mostraram a sua satisfação e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido», sublinhou o presidente reeleito para um terceiro mandato.

Relativamente às autárquicas, Armando França adiantou que já começou a trabalhar «há bastante tempo» e disse apostar que «Aveiro vai continuar socialista, seguramente com Alberto Souto na presidência».

#### Ganhar a Câmara da Feira

Costa Amorim venceu as eleições para a Concelhia do PS na Feira e afirmou que pretende ouvir a sociedade civil local antes de escolher o candidato à Câmara.

«Pretendo ouvir o ponto de vista de empresários, instituições e simples cidadãos que queiram ajudar-nos a encontrar o homem ideal para levar o PS à gestão do maior município do distrito», declarou.

A Câmara da Feira é liderada pelo PSD desde as primeiras eleições autárquicas após o 25 de Abril, mas Costa Amorim referiu que essa gestão «não está ao serviço da modernização e desenvolvimento do município».

Costa Amorim venceu com 75 votos de vantagem sobre Gustavo Fernandes, num universo de 343 eleitores, e sucede no cargo a Henrique Ferreira.

### PENHA DE FRANÇA

#### Concelhia reúne com militantes

As renovadas instalações da Secção da Penha de França foram palco no dia 21 de uma reunião da Comissão Política Concelhia com os militantes desta estrutura e de S. João/Beato.

Perante largas dezenas de militantes, o camarada Miguel Coelho (líder da Concelhia da Lisboa), que se encontrava acompanhado pelo camaradas Maria Custódia Fernandes e Rui Paulo, membros do Secretariado da Concelhia, fez uma breve análise da situação político-partidária, tendo apelado à mobilização de todos para as batalhas eleitorais que se avizinham. No debate realizado com os militantes, as eleições presidenciais, o Orçamento de Estado para 2001 e reforma fiscal foram os temas dominantes.

#### Reunião do Secretariado da Secção

Entretanto, e como habitualmente às quartas-feiras, reuniu ontem o Secretariado da Secção da Penha de França.

Assuntos da gestão corrente desta estrutura e análise de algumas iniciativas a lançar no futuro com vista à mobilização dos militantes foram os temas da agenda de trabalhos.

## ELEIÇÕES

Mário Soares

## IMBRÓGLIO AMERICANO



**C**omo acontece frequentemente na História - em que o imprevisível é a regra - o imimaginável aconteceu: o empate técnico nas eleições presidenciais norte-americanas, o adiamento na proclamação dos resultados finais, a lenta recontagem manual dos votos, o descrédito do obsoleto sistema eleitoral, posto em causa pela própria recém-eleita e triunfante senadora de Nova Iorque, Hillary Clinton...

O país de longe mais avançado do mundo, pioneiro na revolução informática - com redes de computadores ultra-sofisticados, da novíssima geração, as televisões mais bem equipadas e agressivas, como a CNN, a NBC, a CBS, a ABC, a Fox, para citar só as mais conhecidas, perfeitíssimos mecanismos electrónicos de comunicação instantânea, sistemas de sondagens dir-se-iam os mais bem experimentados - deu o triste espectáculo, à escala planetária, da confusão mais absoluta quando foi necessário proclamar o vencedor, revelando quem seria o 43º presidente dos Estados Unidos. As televisões, que falaram antes de tempo e foram obrigadas a contradizer-se, tiveram inúmeras culpas no cartório, reconheça-se. A verdade é que no dia seguinte à eleição a confusão estava instalada. Ninguém sabia quem era o presidente. O consagrado «Miami Herald» intitulava a sua primeira edição a toda a largura da primeira página: «Bush venceu!» para duas horas depois pôr a circular uma segunda edição com o expressivo título: «Ainda não...»

E assim estamos, desde então, perante uma hiperpotência americana, «faro do mundo», dividida ao meio, em patões iguais, sem saber ao certo como sair do colossal imbróglío, ou pior: com Bush dado como vencedor entre os chamados «grandes eleitores» (se a recontagem dos votos da Florida lhe for finalmente favorável

e Gore, vencido, sendo no entanto aquele que obteve a maioria dos votos dos eleitores americanos. Eis outra, se não a maior, das incongruências do sistema eleitoral americano, que há cento e 50 anos tinha a sua razão de ser - dada a dificuldade das comunicações e a debilidade do Estado Federal em relação às exigências e ao peso relativo de cada um dos Estados - mas que hoje não tem qualquer justificação, como por toda a parte começa a ser reconhecido. Jonathan Koppel, reputado professor de Yale, por exemplo, declarou: «O colégio eleitoral é uma invenção do século XVIII que não devia ter chegado ao século XXI. É um dinossauro que deveria estar no museu». Mas a verdade é que não está e continua a ser a travessa do sistema eleitoral das presidenciais americanas!

Acrease que ambos os candidatos têm vindo, desde o dia seguinte às eleições, a denunciar por interpostos estados-maiores graves irregularidades e mesmo fraudes eleitorais. Warren Christopher, antigo secretário de Estado de Clinton, que fora enviado à Flórida, como observador, reconheceu existirem «sérias e substanciais irregularidades» e Bill Daley, director de campanha do mesmo Gore, afirmou a intenção de recorrer aos tribunais para «reparar uma injustiça sem equivalente na história». Está, portanto, instalada a suspeição e a discórdia com o recurso - precedente perigosíssimo! - à arbitragem dos tribunais, começando simultaneamente a aparecer à luz do dia alguns aspectos insólitos e mesmo inacreditáveis do sistema, como por exemplo o facto de algumas máquinas de voto serem centenárias e funcionarem provavelmente mal, mesmo em Nova Iorque, como reconheceu Rudy Giuliani. Além de duas urnas que apareceram em qualquer lugar impróprio sem se saber como

e dois votos por correspondência que, por engano, foram parar à Dinamarca...

Ao ler nos jornais americanos certas descrições pitorescas destas espantosas eleições, fica-nos a ideia (falsa, claro) de que não diferem substancialmente das «eleições» ocorridas em certos países do terceiro mundo, para onde americanos e europeus têm tido a pretensão de enviar observadores a fim de garantirem a sua credibilidade por serem «free and fare»... E agora com que autoridade poderão continuar a pronunciar-se e a passar atestados de bom comportamento eleitoral?

Contudo, o problema mais grave que resulta da situação criada com estas eleições é a da legitimidade efectiva do futuro presidente. Com efeito, num país dividido a meio, em que metade dos cidadãos se recusa a votar, apesar da incerteza da competição se ter mantido até ao último dia e dos exorbitantes meios financeiros postos em jogo, com uma Câmara dos Representantes e um Senado igualmente divididos, em partes quase iguais, a eleição de um presidente fragilizado, qualquer que seja, não é de bom agúrio para a América nem, consequentemente, para o mundo. Bush, se vier a ser proclamado eleito, será-lo com cerca de 48.550 mil votos num universo eleitoral de 208 milhões de eleitores. E Gore, com um pouco mais de votos, não fará grande diferença. Por isso as bolsas, em queda, já começaram a acusar a preocupação ambiente.

E, no entanto, importa reconhecer que o novo presidente herdará um poder hegemónico sem paralelo na história. Quer se goste ou não, será o chefe executivo da «Nação indispensável», como é considerada pelos teóricos americanos, com uma superioridade económica e tecnológica indiscutíveis e um esmagador,

incomparável poderio militar. É óbvio que após o colapso da URSS, os Estados Unidos se tornaram a única superpotência planetária, revelando, desde então, alguma dificuldade em fugir à tentação de dirigir os negócios do mundo. Como diz François Schlosser: «Distribuindo sanções económicas e punições militares (como no Kosovo) sem se preocuparem demasiadamente com os constrangimentos da ONU».

Foi com um imenso à-vontade que Bill Clinton se tem passeado pelos cinco continentes, distribuindo afectos e reprimendas (segundo os interesses específicos dos Estados Unidos) e fazendo, como se diz, «a chuva e o bom tempo». Tendo gozado um período de excepcional expansão económica, fez-nos muitas vezes esquecer que o país mais rico do Planeta «fabrica desigualdades na justa medida em que enriquece», tem dois milhões dos seus concidadãos encerrados em prisões de alta segurança e excluído da prosperidade geral mais de 40 milhões de americanos (que continuam a viver no limiar da pobreza mais absoluta).

A este quadro conhecido, embora com frequência propositalmente ignorado, vêm agora juntar-se as fragilidades evidentes de um sistema eleitoral capaz de conduzir à confusão reinante. Esperemos que o 43º presidente dos Estados Unidos seja capaz de «dar a volta por cima» e apaziguar as divisões e os ressentimentos resultantes das eleições. Não será tarefa fácil. Mas exige-se-lhe mais: que tenha ainda o bom senso e a habilidade política suficientes para, como escrevi há duas semanas, fazer com que não tenhamos demasiadas saudades do feliz e inconstante Clinton... Inconstante nas orientações políticas, nos sentimentos e nas convicções.

fr-Expresso

## REFLEXÃO

Alfredo Barroso

## AMÉRICA, AMÉRICA



**M**ais do que a crise do seu sistema eleitoral, que terá atingido o auge nesta eleição presidencial, ou pior: Estados Unidos da América é a crise do próprio sistema democrático, hoje quase completamente dominado pelos interesses dos grupos de pressão mais poderosos, ou seja, pelo poder do dinheiro. Nunca tantos milhões de dólares foram investidos numa campanha eleitoral. Nunca esses grupos de pressão mais poderosos desempenharam um papel tão importante na escolha do Presidente dos EUA. O primado do económico sobre o político é absoluto. As grandes fortunas são cada vez mais ostentatórias. O sistema político é cada vez mais venal. Os EUA transformaram-se numa espécie de república censitária dominada por uma oligarquia, em que a liberdade de escolha entre candidatos está cada vez mais condicionada pelos poderosos interesses económicos e financeiros que os apoiam. Na superpotência que domina o mundo, o funil censitário está a funcionar às mil maravilhas. O sistema democrático é que nem por isso.

Ninguém duvida da extraordinária vitalidade económica da sociedade americana, da sua enorme capacidade de criação de riqueza, do desenvolvimento científico e tecnológico verdadeiramente ímpar que a caracteriza. Mas as proezas da economia americana, em geral, e das empresas de Silicon Valley, em especial, tendem a camuflar desigualdades brutais, que se agravaram nas duas últimas décadas. Robert Reich, antigo ministro do Emprego de Bill Clinton, é categórico: «Todos os degraus da escala económica estão mais afastados uns dos outros do que há uma geração - e a distância continua a aumentar. Cerca de metade dos trabalhadores recebem salários medíocres, ao passo que os grandes patrões obtiveram aumentos de 50 por cento. Estes vivem, hoje, em condomínios fechados, protegidos por sistemas de vigilância, numa sociedade fracturada». Os patrões das 300 firmas mais importantes dos EUA ganham, em média, 202 vezes mais do que o salário médio dos seus empregados (nos anos 50, ganhavam 34 vezes mais). Segundo o Banco Mundial, 10 por cento dos americanos mais ricos ganham 30,15 por cento dos rendimentos acumulados pelo resto

da população. E aos bolsos dos 10 por cento mais ricos também foram parar 85,5 por cento das enormes mais-valias bolsitas. Não é de surpreender, por isso, que o património de Bill Gates seja equivalente ao dos 120 milhões de americanos menos favorecidos. A isto se chama «capitalismo popular».

As estatísticas oficiais são tão rigorosas como enganadoras. A taxa de desemprego é de 3,9 por cento, mas cerca de 40 milhões de americanos vivem abaixo do limiar da pobreza. Mais de 30 milhões são indigentes. O brutal crescimento dos empregos precários provocou um significativo aumento do número de horas de trabalho semanal (51, os homens, e 41,4, as mulheres), tal como uma significativa diminuição do tempo de férias (11, 37 dias por ano, em média). Juliet Schor, economista, explica: «Para manterem o nível de vida de 1973, os americanos têm de trabalhar 245 horas a mais ou seis semanas suplementares, por ano». Não admira que apenas 39% dos assalariados se considerem «muito satisfeitos» com as suas vidas familiares - contra 55 por cento, há 20 anos. O crescimento económico espectacular não teve qualquer correspondência nos

sistemas públicos de ensino, de saúde, de segurança social e de transportes colectivos, em muitos casos dignos de um país em vias de desenvolvimento. O «milagre americano» (o «Cyberboom» ou lá como lhe queiram chamar) parece ter mais a ver com a evolução do índice Dow Jones do que com o bem-estar da maioria dos cidadãos. Nos EUA, não é o «sonho americano» que comanda a vida. É Wall Street. Num país com 250 milhões de habitantes, em que 25 por cento da população detém 80 por cento das riquezas, não espanta que o Presidente seja eleito por cerca de 25 por cento dos votos (48,5 milhões), num total de mais de 200 milhões de eleitores. A abstenção ronda os 50 por cento, sendo a maior fatia constituída por jovens e negros (mais de 60 por cento). Também não espanta que o futuro Presidente venha a ser o governador do Texas, George W. Bush, sustentado pelos magnatas do petróleo e pelo «lobby» das armas, com a Bíblia numa das mãos e a «seringa da morte» na outra. O Texas é, hoje, o espelho mais fiel da América reaccionária, arrogante e racista. E o pior é que, como dizia o velho anúncio, «Texas não é só isto!»

fr-Expresso





## REFORMA AGRÁRIA?

**A** propósito dos 25 anos da Reforma Agrária decorreu, recentemente, em Montemor-o-Novo, um encontro comemorativo que deu origem a várias notícias nos órgãos de informação, artigos de opinião e intervenções políticas com destaque, naturalmente, para aquela que foi produzida por Carlos Carvalhas, o secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP).

Este esforço comemorativo, fazendo retornar à memória de muitos uma das facetas mais marcantes do chamado «Verão Quente», de há cinco lustros, não terá tido grande adesão popular nem êxito organizativo. Parece que se restringiu nos afunilados limites do sector mais anquilosado da estrutura partidária do PCP, partido que empenhou nesta organização o seu «aparelho» e o comprometimento (deveras discutível) de entidades públicas que controla, como é o caso de algumas Autarquias Locais.

Aquela acção, meramente partidária, fazendo palco para mais um discurso do titubeante Carvalhas e tudo o que o rodeou, constituíram um foco de interesse para ser analisado politicamente apesar de, nalgumas posturas e abordagens nostálgicas individuais, mais desfasadas da realidade, quase ter roçado o patético. Em 1974, o 25 de Abril veio encontrar um Alentejo rural atrasado e proletarianizado baseado em relações de produção praticamente pré-revolução industrial, apesar de estarmos a entrar no último quartel do século XX.

Terreno tão propício para a exploração degradante do latifundiário quanto para a aventura revolucionária comunista.

No contexto da época foi fácil atear o fogo ao pasto ressequido, que ardeu quase espontaneamente.

A Reforma Agrária de há 25 anos atrás, contudo, não passou de uma acção político-partidária com o sentido de impor um arquétipo ideológico que, confirmou-se depois, dava já os últimos e descendentes passos no Mundo. Com o sentido de, usando mais uma vez as relações de produção (!), dominar as consciências e a vida das pessoas e com o sentido de manter a mesma e ancestral base de produção, com a grande propriedade sob gestão única e centralizada, grandes contingentes de mãos-de-obra dependente, a coberto da falsa miragem da empregabilidade geral, ainda baseada nos baixos salários, sem maquinização, sem modernização, sem cariz empresarial e totalmente arredada da realidade do mercado nacional e mundial com o apoio controleirista de sindicatos dóceis de arremedo.

Algumas experiências, restritas de cooperativismo, baseado nos verdadeiros princípios e valores cooperativos ou de dação de terras a pequenos e médios agricultores ou operários agrícolas, contaram sempre com a oposição feroz dos comunistas, recorde-se.



Goradas, em geral, as ténues experiências cooperativas, subsiste hoje uma realidade bastante positiva, do rescaldo daqueles tempos, baseada naqueles que, individualmente, tiveram acesso directo à exploração da terra.

Muitos pequenos agricultores ou operários agrícolas, nos casos em que lhes foram proporcionadas condições mínimas de base, como as que se prendem com a dimensão da propriedade ou com a utilização da água para rega, deram origem a uma nova classe agrícola, dinâmica, inovadora e, em geral, com sucesso que desenvolveu a economia local, prosperou social e culturalmente e, até, politicamente, contribuiu para a consolidação do Estado de Direito e da Democracia de tipo ocidental implantada no nosso país e que é a principal conquista do 25 de Abril.

Hoje com a construção do empreendimento de Alqueva e com o desenvolvimento do Plano de Rega do Alentejo, a propósito daquele evento comemorativo, voltam a agitar-se as mesmas bandeiras e propósitos a coberto do mesmo nome - Reforma Agrária.

Os nossos comunistas, consabidamente pouco evolutivos, insistem em olhar para a actividade agrícola como há 25, 50 ou 70 anos atrás. Exactamente igual! Era a agricultura dos grandes detentores de terras, cuja exploração assentava em largos contingentes de operários, mal pagos, iletrados e desinformados, cuja produção se organizava à sombra do Estado e de um mercado interno muito restrito, nada exigente e não concorrencial. Ora, o Mundo mudou. Hoje, todos nós, incluindo os comunistas, não vivemos mais naquele lugar mítico, pincelado a negro e cinzento pelos artistas e intelectuais neo-realistas.

A Reforma Agrária que podia ter sido feita no final dos anos 70, mesmo não sendo aquela que os comunistas agora querem evocar, não tem hoje sentido, nem lugar, nem pessoas.

Os novos perímetros de regadio (o primeiro já está a ser construído em Ferreira do Alentejo) têm que estar virados para uma

economia baseada na empresa agrícola. A exploração económica agrícola (como a indústria, o comércio, os serviços nas suas áreas) tem que procurar as melhores produções ajustadas às características do solo e do clima às mais modernas técnicas e factores produtivos. Tem que investir nas infra-estruturas dos prédios rústicos e em novas culturas. Tem que conhecer e procurar mercados, orientar as produções e apostar na qualidade que, cada vez mais, o consumidor sabe exigir.

A empresa tem que ser lucrativa, isto é, tem que dar bons proveitos ao empresário e pagar bons salários aos empregados e, por outro lado, tem que ser concorrencial, isto é, tem que disponibilizar para o mercado, numa visão europeia e mesmo mundial, produtos à mais alta qualidade e ao melhor preço.

O problema hoje nada tem que ver com a identificação dos donos das terras nem com a dimensão dos prédios.

Hoje há que ter em conta outras preocupações políticas.

Designadamente as que respeitam à organização das empresas, ao associativismo dos empresários com o sentido de melhor viver no mercado, ao investimento e modernização nas empresas, à justa remuneração e direitos dos que nela trabalham, etc.

Uma coisa é certa, o antigo lavrador, latifundiário, por vezes absentista, ignorante do mercado, não tem mais lugar. Hoje a economia e a sociedade exigem outra utilização da terra como bem produtivo.

O que tem sentido indagar é acerca das consequências, para os proprietários, dos investimentos públicos que estão a ser efectuados nas suas terras para implantar os sistemas de rega.

E, aqui cabe saber se o direito de propriedade plena deve sofrer alguma restrição, qual ou quais e com que sentido. Ora, os nostálgicos da Reforma Agrária vieram, repetentes, reclamar a forma mais radical de restringir o direito de propriedade – a expropriação, no todo ou em parte, dos prédios abrangidos pelos perímetros de rega, com a tal mania, recalçada, de que é

na propriedade (ou posse da terra, como às vezes, branda e eufemisticamente, agora dizem) que reside todo o problema. Já vimos que o cerne da questão não está na propriedade nem na sua dimensão. Ele situa-se na utilização produtiva que lhe é dada e, por maioria de razão, agudiza-se o problema quando a propriedade é beneficiada por investimentos públicos que lhe acrescentarão capacidade produtiva e valor fundiário.

Aliás, os mais radicais privatistas assinalarão já aqui uma primeira restrição ao direito de propriedade – a implantação coerciva de um sistema de rega. É violado o direito do proprietário a manter-se e querer manter-se a produzir culturas de sequeiro por razões tradicionais ou económicas ou de mercado ou ecológicas, etc.

Evidentemente que aqui deve criar-se uma restrição eventual do direito do proprietário. Eventual digo, porque a restrição só deve operar se e nos casos em que o proprietário não dê à sua terra a utilização para que foi apreendida. Mais, tal restrição não deve depender de decisões casuísticas da Administração Pública mas resultar de uma aplicação formal, geral e abstracta, única maneira de defender a igualdade e justiça e de combater o compadrio, a corrupção ou espúrias retaliações, no fundo cumprir o Estado de Direito.

Portanto, o proprietário beneficiado num perímetro de rega deve ficar obrigado a certos deveres, que deve cumprir por si ou através de outrem e, se o não fizer, deve ser penalizado e de tal forma, que terá de optar por vender, arrendar, etc.

A minha preocupação, que me leva a escrever este texto, decorre do facto de estar a ser implantado no meu Concelho o primeiro perímetro de rega da Era Alqueva, que abarcará cerca de 6000 hectares, abrangendo mais de 300 proprietários rurais.

Simultaneamente começam a surgir importantes investimentos agrícolas e agro-industriais aqui em Ferreira.

O reavivar do estímulo traumático da supra referida Reforma Agrária, errado, ultrapassado e desadequado, como atrás vimos, pode deitar tudo a perder se fizer (e poder fazer) retrair o investimento.

Por isso é preciso uma posição clara dos poderes públicos a este respeito.

E igualmente é preciso que as Câmaras Comunistas que desejam reviver aquele processo se limitem a defendê-lo e reclamá-lo para os seus Concelhos. Se Montemor-o-Novo, se Beja, se Évora e se outras autarquias sonham que se faça essa tal Reforma Agrária que digam claramente que a querem nos seus Concelhos e, entretanto, deixem-nos, pelo menos em Ferreira, beneficiar do desenvolvimento em paz e construir um futuro melhor pelo caminho certo.

\*Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo  
In «Jornal do Alentejo»

PRESIDENCIAIS

Nuno Brederode Santos

## DESVENTURAS DE UM CANDIDATO



**N**ão sendo embora um especialista na matéria, estou genuinamente convencido de que o candidato escolhido na solidão do seu catre por José Manuel Barroso, ainda que preconcebido para a derrota nas presidenciais (e cordeiro pascal de uma humilhação colectiva), anda muito mal aconselhado.

Desde logo porque, se pretendia fazer uma campanha populista e caceteira, devia saber quem era o povo e quem manusearia e cacete. Para tanto, o mínimo que se lhe exigia era que tivesse estudado as últimas presidenciais, onde o seu guru, Cavaco Silva, se deixou estatelar na peugada de Sampaio. Mas Cavaco, no quadro de uma estratégia errónea de combate, onde tudo valia, até arrancar olhos, teve pelo menos o vislumbre de que não podia ser ele, candidato, a dar os golpes baixos. E arranjou um mandatário pronto a esbanjar o seu nome de família e a dá-lo – em vão, como se viu – por ele mesmo, que chamava a si a figura e a dimensão do estadista. Neste caso, o candidato quis fazer a síntese entre uma campanha caceteira – que nem sequer lhe vai muito a carácter e talvez por isso funcione tão mal – e a escolha de uma mandatária que até aqui (e a pensar que é o que lhe está no sangue) tem aceitado uma função política institucional mas recusará o papel de «esfaqueadora do Bairro Alto». E, por isso, das duas uma: ou a campanha do PSD é a que ele vem fazendo – e então a escolha da mandatária não podia ter sido mais infeliz – ou pura e simplesmente trocaram os papéis, assumindo ela a postura institucional e reservando-se ele o uso da ponta-e-mola. Durante bem mais de quatro anos, ele assistiu, silente, à forma como Sampaio



entendia a sua função constitucional e ao modo como a exercia. Agora, em cerca de dois meses, ungido no breu de um mandato em branco que muito democraticamente lhe foi conferido pelo seu amigo e algoz Durão Barroso, começou a disparar diariamente contra o Presidente. Neste seu martirólogo, o que mais espanta é a leitura que faz dos poderes presidenciais, à luz de uma Constituição que nem releu. Ele teria resolvido tudo. Ao ponto de, numa entrevista recente, ter criticado o Presidente por não influenciar mais o primeiro-ministro «em público ou em privado». Em privado? A gente espantase. Mas como é que alguém, à parte os dois envolvidos, pode conhecer o teor das

normais e regulares conversas entre o Presidente da República e o primeiro-ministro? Como é que alguém, à parte os envolvidos, pode conhecer o teor das inúmeras conversas entre o Presidente da República e o líder da oposição (à menos que este lhas tenha contado)? O certo é que o homem brada que, em matéria de saúde, justiça, segurança social, obras públicas, educação, economia, tudo com ele seria diferente. Porque ele ordenava e fazia cumprir, à boa maneira presidencialista. Latino-americana, por exemplo, onde os Presidentes chefiavam os Executivos. Manifestamente, ou ele é o candidato errado no país certo ou é o candidato certo no país errado. É um Perón engenheiro.

Mas estou sinceramente convencido de que ele nem sequer se apercebe de como esta banalização da crítica lhe esvazia de todo a credibilidade.

Foi contudo ontem (reportando-me à data em que escrevo) que o seu delírio litigante atingiu o paroxismo. Ele foi à Feira da Golegã fingir de futuro Presidente. Às tantas, cruzou-se, a relativa distância e por entre a multidão, com Jorge Sampaio. Pouco depois, já dizia para a comunicação social que a atitude deste, ao não vir cumprimentá-lo, não era democrática e revelava arrogância, o que, a seu ver, era péssimo num Presidente da República. Mais: que este, para não ver, pôs deliberadamente os olhos em baixo. «É pena que tenha fugido», rematou. Pouco depois, Sampaio era confrontado pela mesma comunicação social por causa deste episódio e manifestava um genuíno espanto: Eu? «Mas se nem o vi...» Nunca me disse (nem quis ser) isento. Mas agora aqui vou tentar. Demos de barato que estamos a tratar de dois cavalheiros de palavra. A palavra de um é de que viu o outro. A palavra do outro é de que não viu aquele. Então – e se outras razões não houvesse – não era ao primeiro que competia ir cumprimentar o segundo? Outra questão (até porque tenho a autoridade moral de compartilhar como o candidato suicida a estatura física): então se Sampaio não quisesse cumprimentá-lo cometa o erro de palmatória de olhar para baixo, quando obviamente a atitude segura era olhar para cima? Finalmente: fugir. Nunca, em quase quarenta anos, vi Jorge Sampaio fugir. Não consigo imaginá-lo a desertar do buzinao da ponte e a deixar Dias Loureiro a gerir sem culpas uma insurreição civil.

In «Revista Expresso»

ACTUALIDADE

José Pinto da Silva

## MORTE A QUEM?

**U**m exemplo da fauna bípede que ciranda pelo arquipélago da Madeira e que, no caso concreto, tem vindo a ser, por vontade expressa reiterada, diga-se, do povo madeirense, presidente do respectivo Governo, disse, entre muitas outras imbecilidades, em comícios e outras manifestações políticas a frase lapidar e definidora do tipo: «Morte aos comunas.» E, se na boca do energúmeno tal é audível, por costumeiro, é escandaloso que a estrutura superior nacional do partido onde cujo está filiado (acha-se que está) não tenha tomado uma posição tão pública como clara de firme condenação de semelhante desfaço. O que diria o Sr. Barroso (Durão) ou Amaral

(Ferreira) ou o Sr. Silva (Guilherme) se um qualquer entre político de um qualquer outro partido, tão legitimado como o PSD, independentemente do número de militantes que tenha ou deputados que conquiste, dizia se um outro qualquer entre político dissesse do alto de um qualquer palanque e frente às câmaras todas das Tvs: «Morte aos Laranjas» «Morte aos PPD's»? estivesse o boçal em cuecas ou fardado de vampiro ou de pele vermelha. E será legítimo que as entidades do Estado não reajam ao dito em público e em voz alta e para as Tvs de que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) não é para respeitar sendo apelidada de «Bufos» e «Nova Pide»? Um desbocado predador das finanças públicas nacionais

como é o Sr. A. Jardim não pode ser oficialmente condenado por tão condenáveis comportamentos? E será legítimo que tamanho bandalho de linguagem e atitudes seja Conselheiro de Estado? E será lógico que o Presidente da República aceite dialogar com semelhante espécimen? E não poderá o Governo da República obrigá-lo a retractação, não lhe transferindo montanhas de dinheiro que acabam por lhe dar mais fôlego? Se é Conselheiro de Estado por imposição constitucional, mude-se a Constituição nesse detalhe. Bastaria uma ligeira alínea que dissesse que «Gorilas» não teriam assento no Conselho. O fulano, chefe de gente superior, como

ele próprio diz, agora quer uma Federação porque a autonomia não faz esquecer os «colonizadores de Lisboa». E o que se lhe deveria dar era a independência coerciva, dando a hipótese de repatriamento aos que ele chama de «feitores» e aos outros madeirenses que se não revêem em tal linguagem. E depois já poderíamos dizer: «Morte aos ... quê?» Esse senhor, como já ganhou tudo nas ilhas e porque considera como «inimigo externo» o poder colonial de Lisboa, que deixe a ilha e venha continuar a sua actividade político-partidária no continente, para matar o inimigo em casa. Tem o apoio reiterado do «big boss» que elege a actuação de Jardim como modelo a seguir.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Feira em Albufeira**

Na localidade de Caliços realiza-se, na próxima quarta-feira, dia 29, uma Feira Franca. O Museu Municipal de Arqueologia acolhe, até ao dia 3 de Janeiro de 2001, o XXVI Salão de Arte Fotográfica do Algarve. Este certame poderá ser visitado, diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, encerrando às segundas-feiras e feriados.

**Poesia em Coimbra**

Hoje, às 18 horas, a Casa da Cultura será palco de uma conferência subordinada ao tema «A República e a Elite Searreira» e que contará com a participação de Luís Augusto da Costa Dias. A Feira das Velharias decorre, no próximo sábado, entre as 9 e as 19 horas, na Praça Velha. «A Caverna», de José Saramago; e «Descoberta e Invenção do Brasil – O Amargo e o Doce», de Paulino Mota Távares e a Ana Mafalda Pereira são as sugestões de leitura apresentadas ao público na Casa da Cultura, nos dias 25 (11 horas) e 28 (18 horas), respectivamente. No mesmo local e a propósito do centenário de António Nobre, João Grosso apresentará, no dia 29, a partir das 21 e 30, um recital de poesia baseado na obra deste autor.

**Concerto em Fafe**

A autarquia local promove mais um concerto com a Orquestra do Norte, amanhã, pelas 21 e 30, no Estúdio Fénix. O espectáculo, com entrada livre, é especialmente dedicada à comunidade educativa da Escola Secundária de Fafe. Sob a direcção e os comentários do maestro José Atalaya, serão executadas obras de Mozart – «As Bodas de Figaro», «Pequena Serenata Nocturna» e «Sinfonia n.º 39 em Mi bemol Maior». A Empresa Municipal de Turismo fafense vai efectuar uma largada de perdizes, no sábado, dia 25, a partir das 9 horas, no Campo de Treino de Actividades Venatórias, pertencente à Zona de Caça Turística da «Serra de Fafe», na Lagoa.

**Teatro em Faro**

A estreia de uma peça teatral dedicada a Inês de Castro, promovida pela única companhia profissional existente no Algarve, assinala amanhã a reabertura do emblemático Teatro Lethes. A peça «Linda Inês», da autoria de Armando Martins Janeira, será levada à cena pela ACTA (A Companhia de Teatro do Algarve) para assinalar a reabertura, levada a cabo pela delegação regional do Algarve da Secretaria de Estado da Cultura. A «Maratonas de Filmes Censurados» prossegue amanhã, inteiramente dedicado aos chamadas fitas marginais. Assim, vão ser exibidas seis películas, entre

as quais «Noites», da realizadora portuguesa Cláudia Thomaz, e a polémica «Branca de Neve», filme de João César Monteiro recentemente estreado em Portugal.

Esta maratona dedicada aos «marginais» integra ainda as películas «Flesh», de Paul Morrissey/Andy Warhol, «Zero de comportamento», do francês Jean Vigo, «Dementia», do norte-americano John Parker e «Plan 9 from outer space», de Ed Wood.

**Jazz em Guimarães**

Hoje, pelas 21 e 30, a Orquestra do Norte actua na Igreja Paroquial de Urgeses. Também hoje, às 24 horas, poderá assistir, no Ultimatum – Café Jazz Café, ao espectáculo de Jorge Lomba. Amanhã, a partir das 21 e 30, ouvir-se-ão Trovas ao Vento no Centro Paroquial Paulo VI – São João da Ponte. «Os Anjos de Charlie» é o filme que poderá ver, a partir de amanhã, no Cinema São Mamede. Na sala do Auditório da Universidade do Minho será exibida a fita «Space Cowboys, de Clint Eastwood, no domingo, dia 26, às 22 horas.

**Gala em Lisboa**

A Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa acolhe hoje o espectáculo musical do Carlos Barreto Trio, a partir das 22 horas. «Os Anjos de Charlie», de Joseph McGinty; e «Dinossauuro», de Ralph Zondag são as películas debutantes esta semana nas salas de cinema lisboetas. Amanhã, às 21 horas, o Pavilhão da Escola Secundária Braacamp Freire, na Pontinha, será palco da Gala do Desporto 2000, um

evento que contará com a participação de artistas como HH, Rui Bandeira, Miguel & André, o corpo de baile Eclipse e o apresentado Carlos Ribeiro.

**Filme na Lousã**

A sala de cinema local exhibe, amanhã, pelas 21 e 30, a película «Um Susto de Filme».

**Atletismo em Odemira**

No próximo domingo, dia 26, realiza-se, no Vale de Santiago, a IX edição do Cross dos Cavaleiros, em simultâneo com o cortamato de abertura da Associação de Atletismo de Beja. Com início marcado para as 9 e 30, a prova tem um percurso delimitado de 2100 metros, junto do Campo de Futebol do Vale de Santiago.

**Teatro em Ovar**

A Contacto – Companhia de Teatro Água Corrente de Ovar leva à cena, no sábado, dia 25, às 21 e 45, no Cine-Teatro, a peça de Luís S. Monteiro – «A Guerra Santa» –, com encenação de Manuel Ramos Costa.

**Espectáculos em Paredes de Coura**

Hoje, assista, no Centro Cultural, à representação da peça «O gato que queria ser internauta», pelo Teatro Noroeste. A mais recente realização de Peter Seagal – «O Professor Chanfrado II» estará em exibição nas salas de espectáculo da cidade no fim-de-semana (no dia 25, às 21 e 30; e no dia 26, às 15 horas e às 21 e 30).

**Recital em Portimão**

Assista, amanhã, às 18 horas, no espaço «Oficina de Escrita», à apresentação do livro «O fole do meu avô Jacinto», da autoria do escritor algarvio Eduardo Nascimento. Francisco Varatojo fala, também amanhã, às 21 e 30, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, sobre «A Saúde Natural», um evento inserido nas conferências da Biblioteca 2000 – Um lugar de encontros e partilhas. No sábado haverá um recital de piano, com o pianista Aleksandr Pashkov, às 21 e 30, no Salão Nobre da Câmara Municipal.

**Show no Porto**

Luís Lapa e o Corpo de Intervenção estão no Café-Concerto do Rivoli a partir de hoje e até ao sábado, dia 25. No mesmo dia, o Coliseu portuense veste-se de gala para receber a Orquestra Filarmónica de Munique, sob a direcção de James Levine.

SUGESTÃO

**Fire & Ice**

O Cirque Le Masque é um sucesso estrondoso em todos os palcos onde se apresenta, conquistando audiências de todas as idades nos quatro cantos do globo. Esta companhia circense eleva a sua arte ao máximo expoente, brindando figurinos ricos e coloridos, um *design* técnico excelente e um espectáculo de luz e som que completam a maestria dos artistas de circo, em perene desafio à gravidade. Arte circense e interpretação teatral aliam-se no «Fire & Ice», um verdadeiro acontecimento que estará em exibição, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, a partir da próxima quarta-feira, dia 29, até 3 de Dezembro, em horários diversos (11, 16 horas e 21 e 30). Miúdos e graúdos vão delirar com a perfeita combinação de entretenimento e tecnologia cénica. O futuro do espectáculo passa também pelo «Fire & Ice» e o melhor é mesmo ir ver...



**POEMA DA SEMANA**

*Seleção de Carlos Carranca*

**Versos de um dia doente**

E sou eu afinal este farrapo?  
 – Que é dos meus olhos  
 de menino-e-moço?  
 É isto só o coração, que eu ouço  
 Aos pulos, no meu peito, como um sapo!?

Oh voz fadada pra falar de Deus,  
 Deixaste-me na boca cinza apenas!  
 – São estas mãos aquelas mãos pequenas  
 que minha mãe erguia para os céus?

Já não sou, meu amor, o que tu amas.  
 – Esse a quem deste as tuas mãos leais  
 – Há que tempos morreu! – não volta mais:  
 Veiu o Diabo e atirou-o às chamas!

Hoje sou, na verdade, este senhor  
 De falas mansas, a viver baixinho...  
 Roubaram-me, de noite, no caminho,  
 A alma que me deu Nosso- Senhor!

**António de Sousa**

**TEATRO  
 MARIA MATOS**

**SM<sub>58</sub>**

**autoria e direcção  
 Tiago Torres da Silva**

**interpretação  
 Anamar  
 Né Ladeiras  
 Pilar Homem de Mello**

**24 de Novembro  
 21h30**

6ª FILA

Manuel dos Santos



## LIMPEZA DE BALNEÁRIO?

**F**icou claro na crise política da semana passada, em volta da discussão dos Orçamentos de Estado, que algumas forças partidárias desejavam eleições antecipadas. Desejavam-nas porque entendiam que, desta forma, poderiam obter ganhos eleitorais o PP e o BE. Temiam-nas, mas não o podiam confessar, o PSD, e não as podiam disputar, por razões internas, o PCP. E o PS?

É óbvio que, nesta crise, o PS se apresentou sempre como o partido da estabilidade e do bom senso. No quadro actual o pior que poderia ter acontecido era uma crise política que só pudesse ser ultrapassada através de eleições fora do tempo. O país paralisaria (quase) no plano financeiro e daí resultaria, no mínimo, a impossibilidade de efectuar uma negociação séria com a função pública, o risco de aumentar, sem garantia orçamental, as pensões sociais e, sobretudo, a paralisação ou diminuição da

capacidade de acompanhar o investimento financiado pelo III Quadro Comunitário de Apoio com as contrapartidas nacionais. Num eventual quadro de crise política e financeira tornava-se impossível relançar em 2001 a convergência real e estrutural com as economias dos países da União Europeia, que constitui o designio principal da política do actual Governo. Acentue-se que, embora com entendimentos diferentes, existe uma conclusão comum entre os economistas que aponta para o relativo esgotamento do potencial de crescimento da economia portuguesa, sem que se produzam entretanto profundas alterações. Ora o uso do investimento público subordinado aos princípios e opções assumidas, quer no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social quer no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional, é um instrumento indispensável para as referidas alterações estruturais. Seria pois um tremendo disparate não fazer tudo o que estivesse ao alcance de cada

um para viabilizar o Orçamento e evitar uma crise política. Foi o que, responsabilmente, fez o PS. E fez bem!

É claro que num período de alguma agitação, perplexidade e ansiedade surgem sempre afirmações descontextualizadas e, portanto, incorrectas. Daí que não possa deixar sem resposta as referências que fui colhendo na Comunicação Social, ao desejo de alguns, presumidamente com responsabilidades, que não desdenhariam que houvesse eleições antecipadas na convicção de que as venceriam facilmente e, sobretudo, lhes permitiriam fazer aquilo a que chamaram enfaticamente «a limpeza do balneário». Quero crer que quem assim pensou, se pensou, já caiu «na real» (como diriam os brasileiros) e não insistirá no dano. É que a democracia só se reforça com democratas e os assuntos de Estado só se resolvem com estadistas. Tudo o resto são fogachos e verduras que passam com o tempo com as sações.

«Os patrões das 300 firmas mais importantes dos EUA ganham, em média, 202 vezes mais do que o salário médio dos seus empregados (nos anos 50, ganhavam 34 vezes mais)»  
**Alfredo Barroso**  
*Expresso, 18 de Novembro*


«O património de Bill Gates é equivalente ao dos 120 milhões de americanos menos favorecidos. A isto se chama "capitalismo popular"»  
**Idem, ibidem**

«Segundo o Banco Mundial, 10 por cento dos americanos mais ricos ganham 30,15 por cento dos rendimentos acumulados pelo resto da população»  
**Idem, ibidem**

«O "milagre americano" parece ter mais a ver com a evolução do índice Dow Jones do que com o bem-estar da maioria dos cidadãos»  
**Idem, ibidem**

«Nunca, em quase 40 anos, vi Jorge Sampaio fugir. Não consigo imaginá-lo a desertar do buzina da ponte e a deixar Dias Loureiro a gerir sem culpas uma insurreição civil»  
**Nuno Brederode Santos**  
*Revista do Expresso*

«Era difícil calcular que o "centralismo democrático" tivesse tanta compreensão fora do partido (PCP) onde vigora»  
**Vital Moreira**  
*Público, 21 de Novembro*



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

